

**Informações Contábeis Intermediárias
(não auditadas)**

Multiner S.A.

31 de março de 2018
com Relatório sobre a Revisão de Informações Contábeis
Intermediárias



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidadas

Aos Conselheiros de Administração e Acionistas da
Multiner S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Multiner S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Base para conclusão com ressalvas

Conforme divulgado na nota explicativa 9, o balanço patrimonial individual e consolidado apresenta na rubrica de partes relacionadas, saldo ativo com a empresa Eólica Administração e Participações Ltda, para o qual a Companhia não elaborou a conciliação da resposta de confirmação externa por nós enviada, com os seus respectivos registros contábeis em 31 de dezembro de 2017. Sendo assim, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes no saldo registrado no balanço patrimonial naquela data bem como no montante de R\$94.823 mil em 31 de março de 2018, bem como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício e período findo naquelas datas.

Conforme divulgado na nota explicativa 1.3 às as informações contábeis intermediárias, o investimento indireto mantido na Companhia por determinados fundos de pensão é objeto de investigação conduzido pelas autoridades públicas no âmbito da operação denominada "Greenfield". A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa especializada, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em curso. Desta forma, não é possível prever nem antecipar os desdobramentos futuros dessas investigações, nem seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e/ou de suas subsidiárias.

Conclusão com ressalvas sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para conclusão com ressalvas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.4 às informações contábeis intermediárias, que indica que no período findo em 31 de março de 2018 o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$32.713 mil e R\$1.077.543 mil, respectivamente, além de possuir prejuízos acumulados, individual e consolidado, no montante de R\$1.398.748 mil, bem como patrimônio líquido negativo consolidado de R\$30.504 mil, respectivamente. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas notas explicativas de 1.1 a 1.4 indicam a



existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia e de suas subsidiárias, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e/ou de suas subsidiárias continuarem operando. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para conclusão com ressalvas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de janeiro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7

Multiner S.A.
 Balanços patrimoniais
 Em 31 de março de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	1	33.029	16.519
Contas a receber	6	-	-	144.784	149.423
Tributos a recuperar	8	2.167	2.761	34.510	30.431
Arrendamento mercantil	10	-	-	15.545	15.289
Estoque	16	-	-	17.868	16.680
Adiantamentos a fornecedores	7	995	238	14.401	7.216
Outros créditos	21	288	61	4.748	3.769
Total do ativo circulante		3.450	3.061	264.885	239.327
Não circulante					
Tributos a recuperar	8	629	31	109.085	103.485
Arrendamento mercantil	10	-	-	159.890	163.864
Contas a receber	6	-	-	46.640	64.298
Depósitos judiciais		182	182	499	499
Depósitos vinculados	11	-	-	103.540	101.140
Partes relacionadas	9.b	669.636	661.680	530.925	528.630
Adiantamentos a fornecedores	7	103	103	427	427
Intangível	13	6	6	126.414	128.874
Imobilizado	15	346	346	754.839	765.588
Bens disponíveis para venda		-	-	2.432	2.463
Propriedades para investimento	12	4.328	4.328	4.328	4.328
Outros créditos	21	3.020	3	3.020	3
Total do ativo não circulante		678.250	666.679	1.842.039	1.863.599
Total do ativo		681.700	669.740	2.106.924	2.102.926

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	647.390	632.517
Debêntures	19	7.208	7.052	7.208	7.052
Fornecedores	17	1.861	828	238.583	226.843
Obrigações sociais e trabalhistas		783	536	1.569	990
Obrigações tributárias	18	9.526	9.120	20.458	15.569
Outras obrigações	21	16.785	16.910	427.220	433.486
Total do passivo circulante		36.163	34.446	1.342.428	1.316.457
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	638.985	650.343
Obrigações tributárias	18	45	1.190	52.143	54.414
Provisão para demandas judiciais	23	16	16	14.006	14.006
Partes relacionadas	9.b	50.229	36.566	-	-
Provisão para desmobilização de ativos	20	-	-	22.740	22.356
Outras obrigações	21	-	-	58.334	56.246
Provisão para perda de investimentos	14	594.251	584.649	8.792	8.428
Total do passivo não circulante		644.541	622.421	795.000	805.793
Patrimônio líquido					
Capital social	22	855.828	855.828	855.828	855.828
Reserva de capital	22	543.916	543.916	543.916	543.916
Prejuízos acumulados		(1.398.748)	(1.386.871)	(1.398.748)	(1.386.871)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores (passivo a descoberto)		996	12.873	996	12.873
Acionistas não controladores		-	-	(31.500)	(32.197)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		996	12.873	(30.504)	(19.324)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		681.700	669.740	2.106.924	2.102.926

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Multiner S.A.
 Demonstrações dos resultados
 Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Receita operacional líquida	24	-	-	56.429	17.021
Custo das vendas e dos serviços prestados	25	-	-	(28.986)	(8.744)
Lucro bruto		-	-	27.443	8.277
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	26	(129)	(2.704)	(6.644)	(7.742)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		100	1	100	1
Resultado de equivalência patrimonial	14	(9.602)	(24.483)	(364)	(7.891)
Total receitas (despesas) operacionais		(9.631)	(27.186)	(6.908)	(15.632)
Resultado antes do resultado financeiro		(9.631)	(27.186)	20.535	(7.355)
Despesas financeiras	27	(3.124)	(4.153)	(44.128)	(29.998)
Receitas financeiras	27	878	16.066	11.363	21.511
Resultado financeiro, líquido		(2.246)	11.913	(32.765)	(8.487)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(11.877)	(15.273)	(12.230)	(15.842)
Imposto de renda e contribuição social corrente	28	-	(1.966)	(2.095)	(1.966)
Imposto de renda e contribuição social diferido	28	-	40.396	922	40.396
Lucro de exploração (Sudene)	28	-	-	2.223	-
Lucro líquido (prejuízo) do período		(11.877)	23.157	(11.180)	22.588
Atribuível a:					
Acionistas controladores		(11.877)	23.157	(11.877)	23.157
Acionistas não controladores		-	-	697	(569)
Resultado por ação básico					
Ação ordinária	22	(0,00077)	0,00108	(0,00077)	0,00108
Ação preferencial – Classes A e B	22	(0,00061)	0,00120	(0,00061)	0,00120
Ação preferencial – Classe C	22	(0,00061)	0,00118	(0,00061)	0,00118
Ação preferencial – Classe D	22	(0,00060)	0,00117	(0,00060)	0,00117

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Multiner S.A.**Demonstrações dos resultados abrangentes**

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Lucro líquido (prejuízo) do período	(11.877)	23.157	(11.180)	22.588
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(11.877)	23.157	(11.180)	22.588
Atribuível a:				
Acionistas controladores	(11.877)	23.157	(11.877)	23.157
Acionistas não controladores	-	-	697	(569)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Multiner S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital		Total do Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
	Integralizado	A integralizar	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	855.834	(6)	465.801	78.115	(1.501.464)	(18.628)	(120.348)
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	-	-	23.157	(569)	22.588
Saldos em 31 de março de 2017	855.834	(6)	465.801	78.115	(1.478.307)	(19.197)	(97.760)

	Capital social		Reserva de capital		Total do Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
	Integralizado	A integralizar	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	855.834	(6)	465.801	78.115	(1.386.871)	(32.197)	(19.324)
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	-	-	(11.877)	697	(11.180)
Saldos em 31 de março de 2018	855.834	(6)	465.801	78.115	(1.398.748)	996	(30.504)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Multiner S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(11.877)	(15.273)	(12.230)	(15.842)
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	9.602	24.483	364	7.891
Juros ativo sobre operações de mútuo	(853)	(16.007)	(2.795)	(15.062)
Juros passivo sobre operações de mútuo	1.301	-	2.678	-
Encargos sobre operações de mútuo	(2.128)	7	(2.512)	22.391
Multas de empréstimos e financiamentos	-	-	10.929	-
Encargos sobre as debêntures	156	407	156	407
Variação monetária	-	-	(1.377)	-
Juros de empréstimos e financiamento - CCBs	-	-	22.832	-
Amortização do custo de captação	-	-	475	-
Depreciação e amortização	-	7	13.209	8
Perdas de créditos financeiros	207	14	207	14
Provisão para demandas judiciais e outros	-	(687)	-	528
Atualização de provisão para desmobilização	-	-	384	-
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(3.018)	3.478
Amortização do arrendamento mercantil	-	-	6.746	335
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	-	-	(15.422)	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	22.297	(5.593)
Tributos a recuperar	(4)	(1.733)	(9.679)	(5.388)
Despesas antecipadas	(227)	(260)	(807)	(20)
Adiantamentos a fornecedores	(757)	(15)	(7.185)	(172)
Estoque	-	-	(1.188)	(2.166)
Outros ativos	(3.017)	(2)	(3.189)	(5.633)
Bens disponíveis para venda	-	-	31	-
Fornecedores	1.033	(2.332)	11.740	(2.391)
Obrigações sociais e trabalhistas	247	39	463	122
Obrigações tributárias	(739)	5.078	3.785	5.022
Outros passivos	(124)	413	(4.177)	6.298
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(7.180)	(5.861)	32.717	(5.773)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	-	(10)	-
Aquisição do intangível	-	-	(2)	-
Depósitos vinculados – conta reserva	-	-	(2.400)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	-	-	(2.412)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimo concedido a partes relacionadas	(4.975)	(7.927)	(1.337)	(12.151)
Recebimentos de empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	13.824	1.464	19.731
Empréstimos captados com partes relacionadas	12.154	3.283	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos – principal	-	-	(13.922)	(1.426)
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	-	(3.228)	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	7.179	5.952	(13.795)	6.154
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(1)	91	16.510	381
Saldo no início do período	1	3	16.519	282
Saldo no final do período	-	94	33.029	663

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Multiner S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas	100	263	73.397	29.692
Venda de energia	-	-	73.297	29.429
Outras receitas	100	263	100	263
Insumos adquiridos de terceiros	240	(1.035)	(20.339)	(12.643)
Serviços de terceiros	240	(1.259)	(15.006)	(6.677)
Materiais, energia e outros	-	224	(5.281)	(4.802)
Perda/recuperação valores ativos	-	-	(52)	-
Provisão para demandas judiciais	-	-	-	(1.164)
Valor adicionado bruto	340	(772)	53.058	17.049
Retenções	-	(7)	(13.211)	(8)
Depreciação e amortização	-	(7)	(13.211)	(8)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	340	(779)	39.847	17.041
Valor adicionado recebido em transferência	(8.724)	(8.417)	10.999	13.620
Resultado de equivalência patrimonial	(9.602)	(24.483)	(364)	(7.891)
Receitas financeiras	878	16.066	11.363	21.511
Valor adicionado a distribuir	(8.384)	(9.196)	50.846	30.661
Pessoal	736	625	(855)	1.685
Remuneração direta	(221)	-	(2.139)	767
FGTS	123	-	184	76
Benefícios	319	-	585	217
Honorários dos administradores	515	625	515	625
Tributos	(340)	(33.663)	16.782	(19.491)
Federais	(340)	(33.663)	6.332	(29.064)
Estaduais	-	-	9.493	9.573
Municipais	-	-	957	-
Remuneração de capitais de terceiros	3.097	685	46.099	25.879
Aluguéis	(22)	181	1.980	839
Despesas financeiras	3.119	504	44.119	25.040
Remuneração de capitais próprios	(11.877)	23.157	(11.180)	22.588
Prejuízo líquido do período	(11.877)	23.157	(11.877)	23.157
Participação dos não controladores	-	-	697	(569)
Valor adicionado distribuído	(8.384)	(9.196)	50.846	30.661

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede alterada em 2017 para a cidade de São Paulo - Brasil, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

O controle acionário da Companhia é exercido pela Bolognesi Energia S.A., com 51,72% das ações ON, sendo 20,49% destas ações de titularidade da Brasilterm Energia S.A., uma entidade do Grupo Bolognesi. A Multiner Fundo de Investimento em Participações ("FIP Multiner"), gerido pela Polo Capital Management, em substituição à Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda., constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual não controladora (48,28% das ações).

A Companhia participa em sociedades cujo objeto inclui (i) usinas de geração de energia termelétrica, óleo combustível e/ou gás natural (UTE), (ii) comércio atacadista de energia elétrica e (iii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os investimentos da Companhia possuem 236,8 MWh de capacidade instalada em 31 de março de 2018 (236,8 MWh em 31 de dezembro de 2017).

Relação dos ativos de geração de energia elétrica

Entidade	Fonte	Situação	Contrato de concessão ANEEL	Prazo da concessão/ autorização		Início da operação comercial
				Início	Término	
Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA")	Óleo/GNL	Em operação	Resolução nº 733	24/10/2006	24/10/2026	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Alegria I) ou ("NEO")	Eólica	Em operação	Resolução nº 663	26/12/2001	30/12/2031	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Alegria II) ou ("NEO")	Eólica	Em operação	Resolução nº 662	26/12/2001	30/12/2031	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A. ("Itapebi")	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Monte Pascoal S.A. ("Monte Pascoal")	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Pernambuco IV S.A. ("Pernambuco IV")	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Termopower V S.A. ("Termopower V")	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Termopower VI S.A. ("Termopower VI")	Óleo	Outorga revogada				

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Reorganização financeira

Em 28 de março de 2012, a (i) Brasilterm Energia S.A.; (ii) Bolognesi Energia S.A.; e (iii) Multiner Fundo de Investimento em Participação celebraram o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, tendo como intervenientes (iv) Multiner S.A.; (v) Bolognesi Engenharia Ltda.; (vi) Bolognesi Infraestrutura Ltda.; (vii) Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – (“Postalis”); (viii) Fundação Petrobras de Seguridade Social – (“Petros”); (ix) Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – (“Refer”); (x) Instituto Infraero de Seguridade Social – (“Infraprev”); (xi) Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – (“Fundiação”); e (xii) Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – (“Faceb”). O Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. foi posteriormente aditado em 14 de julho de 2014.

O objeto do Contrato de Reorganização e de Financiamento foi o de viabilizar a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, por meio do aporte de recursos e ativos, alongamento de endividamentos, conversão de dívida em capital, assunção de avais dos antigos controladores pelo Grupo Bolognesi, e término da construção do parque eólico Alegria II, da investida NEO - à época em que foi celebrado - e conversão para gás da unidade geradora de propriedade da controlada RAESA.

Parte das obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia ainda não foram adimplidas pelas partes, tal como aporte de recursos e conversão de dívida em capital, o que pode colocar em risco a continuidade da Companhia e suas controladas. Contudo, em 2017 foi instaurada Arbitragem (Procedimento Arbitral CMA 520) submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP) para entendimento entre as partes e busca de soluções de uma nova repactuação societária.

1.2. Cumprimento de obrigações contratuais de instrumentos financeiros

Pelo não cumprimento de parte das obrigações financeiras e não financeiras pela Companhia e sua controlada indireta RAESA com obrigações contratuais relativas a debêntures, empréstimos e financiamentos, a totalidade do saldo devedor desta investida referente a tais instrumentos financeiros encontra-se classificado em sua totalidade no passivo circulante. Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, os credores das debêntures da Companhia estavam obrigados a votar favoravelmente a rolagem da dívida por períodos sucessivos adicionais de 240 (duzentos e quarenta) dias. Os credores das investidas RAESA e NEO também possuem obrigação de conversão de dívida em capital da Companhia e/ou da Mesa Participações S.A., entidade que faz parte do Grupo Bolognesi, quando ocorresse a listagem da Companhia no segmento Bovespa Mais Nível 2 da BM&FBovespa. A Diretoria da Companhia está atuando fortemente junto aos seus credores para realizar o reperfilamento de dívidas já vencidas, bem como a conversão das dívidas em capital, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e suas controladas.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3. Operação *Greenfield*

Em 5 de setembro de 2016, foi cumprido no Rio de Janeiro, sede da Companhia na época, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juiz Federal da 10ª Vara Federal de Brasília no âmbito do Processo nº 373250-67.2016.4.01.3400, que investiga os investimentos realizados pelos fundos de pensão por meio de FIP (Fundos de Investimento em Participações), dentre os quais se encontra o FIP Multiner.

Em consonância com a investigação denominada "*Greenfield*", foi emitida em 13 de setembro de 2016, ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Companhia, expedida cautelarmente nos autos do Processo nº 37.371-11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. Em 15 de dezembro de 2016, aquela mesma Vara Criminal ordenou o desbloqueio das contas bancárias da Companhia, observado as seguintes condições, sob pena de revogação da presente decisão:

- (i) Proibir o pagamento, a qualquer título, a seus diretores, conselheiros e demais colaboradores, de qualquer quantia mensal superior a R\$60, para os atuais colaboradores da empresa, impondo, contudo, que futuras contratações não superem R\$55 mensais;
- (ii) Pedir prévia autorização ao Juízo em relação a todos os empréstimos que vierem a ser tomados junto a instituições financeiras;
- (iii) Apresentar mensalmente ao Ministério Público Federal planilha descritiva dos mútuos que venham a ser eventualmente celebrados pela Companhia;
- (iv) Abster-se de realizar patrocínios e pagamentos de serviços de consultoria e publicidade sem que haja prévia autorização judicial; e
- (v) Aderir às diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias abertas, bem como comprometer-se a observar as normas do padrão ISO 19600 (implementação, avaliação, manutenção e melhoria do sistema de gestão de Compliance), no que for aplicável, e ISO 37001 (sistema de gestão anti-suborno), quando disponível.

Anteriormente à decisão judicial acima referida, a Diretoria da Companhia aprovou, em 29 de setembro de 2016, a contratação da BDO RCS Auditores e Consultores Ltda. ("BDO") para realizar o processo de investigação independente sobre as contas da Companhia e suas investidas dos exercícios de 2015 e 2016 ("FASE I"), e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 ("FASE II"). Este trabalho teve por objetivo realizar a investigação forense visando obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços no período.

O trabalho consistiu na coleta e tratativa de dados de pessoas jurídicas e pessoas físicas pré-definidas pela BDO.

O escopo de Inteligência Corporativa contemplou a revisão de *Integrity Due Diligence* (IDD) dos fornecedores selecionados com objetivo de:

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Identificar a idoneidade e reputação dos fornecedores;
- Identificar se há algum tipo de vínculo entre os fornecedores e nomes de envolvidos em algum tipo de esquema de corrupção; e,
- Identificar possíveis conflitos de interesse entre os fornecedores e profissionais da Companhia e suas respectivas subsidiárias.

Considerando o objetivo do escopo inicial do trabalho, a BDO concluiu preliminarmente que o controle interno da Companhia possuía algumas fragilidades, relacionado ao processo de contratação de fornecedores e ausência de políticas claras de cotação e aquisição. Entretanto, a Companhia continuou trabalhando para atender as pendências apontadas no relatório inicial.

Em dezembro de 2017, foram finalizados os trabalhos em campo e em março de 2018 a Companhia recebeu o relatório final, sem novos assuntos relevantes que já não haviam sido anteriormente identificados nas Demonstrações Financeiras.

O relatório final da investigação independente, contratado pela Companhia, foi apresentado, em 03 de setembro de 2018 ao Ministério Público Federal.

Seguindo as melhores práticas de governança corporativa a Companhia implementou a área de Compliance, com o intuito de demonstrar maior transparência e fortalecimento de seus controles internos. O "Programa de Compliance" instituído conta com a implementação de um Canal de Denúncias independente, formalização do Código de Ética e Conduta, atualização das políticas internas da Companhia, entre outras atividades que estão sendo estruturadas e previsto implementação para o próximo exercício.

Adicionalmente, em 23 de novembro de 2017, a Companhia formalizou a contratação da Kroll Associates Brasil Ltda. ("Kroll") para realizar uma auditoria independente de usos e fontes, em conjunto com a Campos Inovação Engenharia & Construção Ltda., com o objeto de prestação dos serviços de análise financeira e técnica, com a intenção de validar os recursos investidos e aplicados na Companhia, bem como a aplicação destes recursos abrangendo, mas não se limitando a, aplicações em projetos, eventuais mútuos, *equity* e dívida comercial. O período de análise avaliado foi de janeiro de 2006 a setembro de 2017.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 32 eventos subsequentes, a Companhia recebeu o relatório final da Kroll durante o exercício de 2018.

1.4 Continuidade operacional

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresenta patrimônio líquido R\$996 (patrimônio líquido de R\$12.873 em 31 de dezembro de 2017) e passivo a descoberto consolidado de R\$30.504 (R\$19.324 em 31 de dezembro de 2017) decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$1.398.748 (R\$1.386.871 em 31 de dezembro de 2017), capital circulante líquido negativo individual de R\$32.713 (R\$31.385 em 31 de dezembro de 2017) e consolidado de R\$1.077.543 (R\$1.077.130 em 31 de dezembro de 2017), em virtude de, dentre outros motivos, parte do seu endividamento ter sido reclassificado em sua totalidade

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para o passivo circulante, em razão de pendência de aditamento da documentação relacionada às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas. O endividamento da Companhia é preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais acordaram, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento de 14 de julho de 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, a converter parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa S.A. ou da própria Companhia, e alongar as amortizações para o longo prazo. Considerando o efeito destes ajustes, a Companhia passaria a deter capital circulante positivo.

As principais subsidiárias da Companhia são entidades operacionais, que possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo. Dessa forma, a Companhia entende que seu risco de descontinuidade é remoto, não havendo nenhuma obrigação relevante no passivo circulante com efeito caixa, fora as obrigações com partes relacionadas. Assim, estas informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes a 31 de março de 2018, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e apresentada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR's.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal em 10 de janeiro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Os dados não financeiros, tais como volumes e outros números operacionais, não foram objeto de revisão dos auditores independentes.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

Estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, emitidas em 23 de outubro de 2018, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Determinados valores incluídos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, aqui apresentados para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade.

3. Entidades do Grupo

As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações da Companhia e de suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"), a seguir relacionadas:

	Participação acionária	
	31/03/2018	31/12/2017
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
New Energy Options Geração de Energia S.A. - ("NEO")	80,00%	80,00%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Combinação de Negócios realizada em estágios

A Multiner detém 80% de participação societária na Companhia New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO"). Os demais 20% de participação societária pertencem à empresa Eólica Administração e Participações ("Eólica").

A NEO tem como atividade a geração de energia eólica a partir de seu parque eólico localizado em Guimarães/RN. A Capacidade instalada total é de 151,80 MW, dividida em duas Usinas de Energia Eólica ("UEE"):

UEE Alegria I – capacidade instalada de 51,15 MW com 31 unidades aerogeradoras em operação desde 2010;

UEE Alegria II – capacidade instalada de 100,61 MW com 61 unidades aerogeradoras em operação desde 2011;

Apesar da Multiner possuir a maior parte das ações com direito de voto na New Energy, devido a cláusula do acordo firmado com a Eólica a Companhia não detinha o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais desta investida.

Durante o exercício de 2017, a Multiner passou a deter o controle da NEO em virtude da alteração do Estatuto Social aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 22 de agosto de 2017, com Ata protocolada na JUCESP em 18 de outubro de 2017 (data esta que a Companhia considera determinante para a aquisição do controle).

Desta forma, a Multiner dada a caracterização do controle sobre a NEO passou a ter a necessidade da aplicação da consolidação integral em suas demonstrações financeiras, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36.

Tal obtenção de controle, mesmo que ocorrida com base na alteração do estatuto social da NEO, sem a transferência de contraprestação deve ser tratada de acordo com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 15 (R-1) uma vez que se caracteriza como uma combinação de negócios.

Para fins da Combinação de Negócios, foi elaborado por avaliador independente, o Laudo de Alocação de Preço de Compra (PPA – Purchase Price Allocation) para avaliação do valor justo (*fair value*) dos ativos e passivos da New Energy assumidos pela Multiner.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir são apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos da NEO na data da aquisição:

	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	13.666
Contas a receber	19.877
Impostos a recuperar	68.480
Estoque	3.929
Depósitos vinculados	101.704
Partes relacionadas	20.458
Bens disponíveis para venda	2.317
Imobilizado	697.796
Imobilizado - Mais valia (i)	30.830
Intangível	1.061
Intangível – Contrato de energia (ii)	129.246
Outros ativos	2.235
	<hr/> 1.091.599
Passivos	
Empréstimos e financiamentos	(991.922)
Fornecedores	(2.473)
Obrigações trabalhistas	(106)
Obrigações tributárias	(8.450)
Provisão para desmobilização	(21.809)
Partes relacionadas	(73.308)
Provisão para demandas judiciais	(98)
Passivo contingente (iii)	(4.309)
Imposto diferido (iv)	(52.961)
Outros passivos	(19.292)
	<hr/> (1.174.728)
Total dos passivos assumidos	<hr/> (83.129)
Participação de não controladores mensurada a valor justo	16.626
Participação societária anteriormente detida	133.245
Ganho por compra vantajosa na aquisição de controle	66.742
Total da contraprestação	<hr/> -

A mensuração dos ativos intangíveis foi concluída e o laudo de avaliação preparado por avaliador independente resultou na identificação dos seguintes ativos adquiridos e passivos assumidos:

(i) R\$30.830 referente a mais valia dos ativos fixos imobilizados existentes na data da avaliação, a serem depreciados pela vida útil estimada dos ativos (tempo médio de 30 anos) existentes na data da avaliação.

(ii) R\$129.246 referente a Intangível relacionado aos contratos de longo prazo de comercialização de energia a serem amortizados até 2031, período do PPA.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) R\$4.309 referente a passivos de demandas judiciais com prognóstico de perdas possíveis cujo reconhecimento na data de aquisição é requerido pelo CPC 15, item 23.

(iv) R\$52.961 referente a imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes da diferença existente entre base contábil e base fiscal quando do reconhecimento dos ativos e passivos identificados durante a combinação de negócios sem transferência de contraprestação. O saldo será amortizado no mesmo período de amortização dos ativos e passivos identificados que geraram este valor de imposto.

O valor justo das contas a receber de clientes na data de aquisição de controle era de R\$ 19.877. O valor bruto das contas a receber de clientes era de R\$ 22.755, o qual foi decrescido pela perda por redução ao valor recuperável esperada.

Desde a data da aquisição de controle até 31 de dezembro de 2017, a NEO contribuiu para a Companhia com uma receita líquida de R\$29.292 e um lucro líquido de R\$18.278. Caso sua aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2017, a Companhia teria apresentado uma receita líquida consolidada de R\$241.821 e um lucro líquido consolidado de R\$41.146.

Análise do fluxo de caixa da transação

Caixa líquido adquirido da controlada (incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento)	13.666
Fluxo de caixa da transação, líquido	13.666

Não foram incorridos custos relacionados a esta transação.

Controladas indiretas

A Companhia possui controle indireto sobre a Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") através do investimento em sua holding 2007 Participações S.A., que, por sua vez, detém 99,99% de participação acionária na RAESA em 31 de março de 2018 (99,99% em 31 de dezembro de 2017). Assim, a participação acionária indireta da Companhia na RAESA é de 96,03% em 31 de março de 2018 (96,03% em 31 de dezembro de 2017).

Controlada em conjunto ("joint ventures")

Abaixo a controlada em conjunto da Companhia:

	Participação acionária	
	31/03/2018	31/12/2017
Companhia Energética do Uruguai S.A. - ("CEU")	71,00%	71,00%

Apesar da Companhia possuir a maior parte das ações com direito de voto na CEU, a Companhia não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais dessa investida, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia aplica o CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 36 – Demonstrações consolidadas e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial que

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

A CEU possui sede localizada na avenida Almirante Barroso, 52, centro, cidade do Rio de Janeiro/RJ. Seu objeto social consiste em desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, entre outros.

A empresa é a desenvolvedora do projeto UHE (Usina Hidroelétrica) IRAÍ, ou seja, ela tem a autorização da ANEEL para realizar os estudos de viabilidade técnica, socioambiental para a implantação de uma UHE nas margens do Rio Uruguai. A CEU está em fase final de conclusão do projeto e o mesmo será apresentado para ANEEL que vai elencar no cronograma dos leilões.

A posição patrimonial da respectiva investida está demonstrada na nota explicativa nº 14.

4. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

As normas e interpretações emitidas e efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2018 são abaixo apresentadas:

4.1 Mudanças em políticas contábeis significativas adotadas a partir de 01 de janeiro de 2018

a) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 – Instrumentos Financeiros substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9 foram aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS's.

Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

Com base no histórico de instrumentos financeiros negociados pela Companhia, não foi identificado impacto no reconhecimento e mensuração, sendo mantidos os métodos de valor justo ou custo amortizado atualmente já utilizados. Quanto às perdas por créditos de liquidação duvidosa, o IFRS 9 requer a adoção de um modelo de perdas esperadas para o reconhecimento de *impairment* do contas a receber mensurado ao custo amortizado, seja por um período de 12 meses ou pela extensão da vida do ativo, em substituição ao modelo de perdas incorridas da IAS 39, porém, a Companhia não identificou impactos, dado ao histórico de seus recebimentos e o baixo nível de inadimplência.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS e foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do CPC 47 – Receita de contrato com cliente. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

Na avaliação da Companhia, não foram identificados efeitos da adoção do IFRS 15 que afetassem essas demonstrações financeiras intermediárias.

c) IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. A Companhia não identificou aspectos relevantes para serem considerados quanto a aplicação deste pronunciamento.

4.2 Pronunciamentos contábeis emitidos que ainda não estão em vigor

a) Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) de contratos com clientes

As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultante da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente. Em geral, a Companhia não espera um impacto significativo sobre suas demonstrações financeiras.

b) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo de arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos).

Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está avaliando o efeito potencial da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos e planeja divulgar as informações quantitativas antes da adoção, na demonstração financeira do exercício de 2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não existem outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa	-	-	-	1
Bancos	-	1	24.029	11.854
Aplicações financeiras (i)	-	-	9.000	4.664
Total	-	1	33.029	16.519

- (i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento com o próprio emissor, sem perda significativa de valor. Estas aplicações são remuneradas a taxas de 70% a 105% da CDI em 31 de março de 2018 (75% a 90% da CDI em 31 de dezembro de 2017).

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (i)	25.013	25.784
(-) Glosa de receita (iii)	(944)	(1.572)
Conta de Consumo de Combustível - CCC (ii)	142.813	162.131
Centrais Elétricas Brasileiras (iv)	24.323	24.846
Outras contas a receber	3.472	5.411
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.253)	(2.879)
Total	191.424	213.721
Circulante	144.784	149.423
Não circulante	46.640	64.298

- (i) O saldo refere-se à venda de energia com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado na controlada indireta RAESA. O montante de R\$25.013 em 31 de março de 2018 (R\$25.784 em 31 de dezembro de 2017) é composto por:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Faturamento de potência contratada	20.746	20.766
Faturamento O&M	4.267	5.018
Total	25.013	25.784

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) O montante de R\$142.813 (R\$162.131 em 31 de dezembro de 2017) refere-se aos ressarcimentos da conta CCC - ISOL (Conta Consumo de Combustível Isolado), controlada anteriormente pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e atualmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que efetua o pagamento do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora S.A. (Petrobras), com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais preestabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas.

Em dezembro de 2017, foi homologado pelo Superior Tribunal de Justiça o acordo extrajudicial celebrado pela Companhia com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e com a Eletrobrás, para recebimento de parte dos valores da conta CCC – ISOL. O acordo firmado foi no montante de R\$ 140.225 e é causa para extinção dos processos nº 2009.01.1.010243-8, 2009.01.1.030564-5, 2009.01.1.139018-8 e 2012.01.1.158233-5. Do acordo realizado o montante de R\$70.084 encontra-se no curto prazo e R\$46.640 no longo prazo.

O saldo que contempla o passivo da Petrobras (conforme nota explicativa nº 17), continua com os autos aguardando conclusão. Diante disto, a Companhia entrou com mandado de segurança objetivando reaver as diferenças. Subsequentemente a Companhia buscará também reaver diferenças tributárias geradas nesta transação. O mandado de segurança foi julgado procedente, e determinou o pagamento com base nos valores da nota fiscal (emitidas pela Petrobras), e não pelo valor médio de consumo, afastando assim, a incidência das Resoluções Normativas nº 347/2009 e 427/2011 da ANEEL.

Em 2016, a Procuradoria Geral da União emitiu parecer com força executória, determinando o imediato cumprimento da decisão, e esclarecendo sua eficácia: "o reembolso dos valores judicialmente reconhecidos à Rio Amazonas Energia S.A. deveria ser realizado a partir da data de 4 de setembro de 2009", porém, a Eletrobrás não honrou com a decisão judicial sob o argumento da falta de recursos. Em maio de 2017, a RAESA executou a Eletrobrás pelo descumprimento da decisão e o juiz abriu prazo para manifestação. O pedido de antecipação de tutela foi indeferido e a Eletrobrás apresentou impugnação, seguida de manifestação da RAESA. Os Autos estão conclusos aguardando decisão.

- (iii) Refere-se à glosa do faturamento da controlada indireta RAESA, em função da indisponibilidade dos seus motores, conforme previsto no contrato de fornecimento da RAESA com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A..
- (iv) O saldo refere-se à venda de energia da controlada NEO junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

7. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Petrobras Distribuidora S.A.	-	-	1.435	2.208
Marine Power International (i)	-	-	1.264	1.087
Wartsila (i)	-	-	2.271	2.303
Yusen Logistics do Brasil Ltda	-	-	1.372	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	1.350	-
Maqmoto Maquinas e Motores Ltda	-	-	890	-
Centurius Import. Export.	-	-	748	-
M&I Eletric Brazil Sistemas e Serviços em Energia	-	-	568	-
De Wind	-	-	375	-
Ronaldo Luis	-	-	350	-
Axa Corporate Solutions Seguros S.A.	-	-	300	-
Mshs Metalock Engineering Inc	-	-	289	-
Geislinger Corporation	-	-	536	161
Global Marine Power LLC (i)	-	-	-	87
DUAP Industries (i)	-	-	-	33
Dell Computadores	154	154	192	192
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103
Soenergy International (i)	-	-	-	119
Somax Ambiental & Acústica Ltda.	-	-	324	324
Transdata Transporte Ltda.	-	-	-	142
Centuries Importação	-	-	-	97
ACI Services	-	-	453	92
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.	52	-	52	-
Outros	789	84	1.956	695
Total	1.098	341	14.828	7.643
Circulante	995	238	14.401	7.216
Não circulante	103	103	427	427

- (i) Referente a futuro fornecimento de peças, materiais e outros itens que serão aplicados em máquinas e equipamentos na controlada indireta RAESA.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
IRPJ (i)	504	501	53.360	52.815
CSLL (i)	159	158	19.809	18.704
IRRF	129	129	17.250	14.388
COFINS	1.495	1.495	42.983	39.242
PIS	240	240	9.155	8.350
IOF	269	269	415	415
Outros impostos a recuperar	-	-	623	2
Total	2.796	2.792	143.595	133.916
Circulante	2.167	2.761	34.510	30.431
Não circulante	629	31	109.085	103.485

(i) Os saldos de IRPJ e CSLL apresentados referem-se a retenções realizadas na fonte, relativamente à controlada indireta RAESA, referente ao faturamento de competência de 2009 a março de 2017. A Companhia concluiu o processo de análise dos créditos e já solicitou restituição dos valores via PERDCOMP's. A realização dos respectivos créditos tributários é esperada para os próximos exercícios, uma vez que a Companhia vem atuando para ajustar suas operações de modo que a mesma volte a ser superavitária auferindo assim impostos ao erário.

9. Partes relacionadas

a) Remuneração de pessoal-chave da administração

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado está apresentado na tabela abaixo:

	Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017
Administradores (prô-labore)	498	1.728
Conselho de administração e fiscal	154	644
Total	652	2.372

b) Mútuos com partes relacionadas

As transações de mútuos entre partes relacionadas possuem como finalidade o fornecimento de capital de giro às entidades do Grupo, com o objetivo de manutenção das necessidades operacionais e de investimento das mesmas. Até 31 de dezembro de 2017, tais transações foram remuneradas por 105% do CDI, com exceção da Eólica Administração e Participação Ltda., New Energy Options Geração de Energia S.A. e Rio Amazonas Energia S.A. que foram remuneradas pela variação da SELIC, conforme negociação específica entre as partes.

Após 1 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas para os saldos em aberto junto a Bolognesi Energia S.A., Central Energética Palmeiras S.A. e Termelétrica Pernambuco III devido a Arbitragem instaurada para resoluções e entendimento de obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No mesmo período, a Companhia não remunerou o saldo das transações junto à Eólica Adm. e Part. Ltda. devido a negociação em andamento entre as partes.

A Companhia mantém o recolhimento dos impostos incidentes para todas as transações entre as partes relacionadas.

Saldos ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Eólica Adm. e Part. Ltda.	94.823	94.471	94.823	94.471
Cia Energética do Uruguai S.A.	18.132	17.768	18.132	17.768
Termelétrica Itapebi S.A.	24.226	22.325	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	4.657	4.558	-	-
2007 Participações S.A.	44	29	-	-
Termelétrica Termopower VI S.A.	1.175	1.146	-	-
Termelétrica Termopower V S.A.	3.495	3.419	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	1.950	1.905	-	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	320.832	319.620	320.832	319.620
NEO S.A.(ii)	74.900	73.308	-	-
RAESA (ii)	28.264	26.360	-	-
Central Energética Palmeiras S.A.	64.398	64.155	64.398	64.155
Termelétrica Pernambuco III S.A.	32.740	32.616	32.740	32.616
Total	669.636	661.680	530.925	528.630

Saldos passivos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Conta corrente - mútuo				
RAESA	20.211	10.802	-	-
NEO	30.018	25.764	-	-
Total	50.229	36.566	-	-

(i) A composição dos valores registrados para a Bolognesi Energia S.A. são conforme segue:

	31/03/2018	31/12/2017
Principal (a)	144.676	144.676
Juros e IOF (a)	130.402	129.361
Assunção de dívida (b)	25.765	25.765
Juros e IOF (b)	19.989	19.818
Total	320.832	319.620

(a) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Bolognesi Energia S.A., os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação do recurso foi objeto de auditoria por empresa especializada contratada pelo FIP Multiner que validou a destinação dos recursos.

Esse valor acrescido de juros deveria ter sido utilizado no momento da capitalização indireta da Mesa S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao contrato de reorganização e financiamento da Companhia, assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas, conforme descritas na nota explicativa nº 22.

Cabe destacar ainda que, sobre o montante, há a incidência de Imposto sobre Operação Financeira ("IOF"), os quais são devidamente registrados e recolhidos mensalmente.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A parcela relacionada a assunção de dívida corresponde ao passivo assumido pela Bolognesi Energia S.A. Este valor era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado. Todas as obrigações foram objeto do Acordo de Investimento celebrado entre a Multiner, Fundo de Investimento em Participações e antigos controladores de Multiner.

- (b) A parcela relacionada a assunção de dívida corresponde ao passivo assumido pela Bolognesi Energia S.A. Este valor era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado. Todas as obrigações foram objeto do Acordo de Investimento celebrado entre a Multiner, Fundo de Investimento em Participações e antigos controladores de Multiner.

- (ii) Do montante apresentado o saldo das investidas NEO e Raesa, R\$73.308 e R\$26.360, respectivamente, refere-se à Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) adquiridas no âmbito da reorganização financeira da Companhia.

Reconhecimento de juros na demonstração do resultado

(Despesa) - receita

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Bolognesi Energia S.A.	-	9.112	-	9.112
Eólica Adm. e Part. Ltda.	-	2.700	-	2.700
Central Energética Palmeiras S.A.	-	1.829	-	1.829
NEO	(826)	65	-	65
Termelétrica Pernambuco III S.A.	-	930	-	930
Cia Energética Uruguai - CEU	297	505	297	505
RAESA	(475)	21	-	-
Termelétrica Itapebi S.A.	371	531	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	76	127	-	-
2007 Participações S.A.	1	1	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	19	32	-	-
Termelétrica Termopower V S.A.	57	96	-	-
Termelétrica Termopower VI S.A.	32	53	-	-
Outros	-	-	-	12
Total	(448)	16.002	297	15.153

No período de três meses findo em 31 de março de 2018, a Companhia realizou pagamentos à Eólica Tecnologia Ltda., acionista não controlador da NEO, no montante de R\$218. Os pagamentos efetuados referem-se à arrendamento de terrenos onde estão instalados parte dos aerogeradores e linha de transmissão dos Parques Alegria I e Alegria II e prestação de serviços de manutenção e correção preventiva.

10. Arrendamento mercantil

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, os equipamentos e edificações da controlada RAESA se caracterizam como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., se enquadra nos aspectos exigido pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos das usinas. A seguir, os critérios utilizados para embasar a operação como arrendamento mercantil:

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A Amazonas Distribuidora de Energia S.A. possui capacidade operacional, porém, seu direito de exercê-lo só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, ao final do contrato;
- (ii) Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário Amazonas Distribuidora de Energia S.A. sem qualquer indenização ou pagamento devido; e
- (iii) O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deve ser única e exclusivamente para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

Os recebimentos mínimos futuros ajustados a valor presente, reconhecidos como arrendamento mercantil, são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Até 1 ano	15.482	15.289
Acima de 1 ano até 5 anos	94.744	93.575
Acima de 5 anos	65.209	70.289
Total	<u>175.435</u>	<u>179.153</u>
Circulante	15.545	15.289
Não circulante	159.890	163.864

11. Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") da controlada NEO, firmados em garantias dos contratos de financiamentos das UEE Alegria I e Alegria II. As garantias visam assegurar o pagamento dos financiamentos.

A composição do saldo dos depósitos vinculados é como segue:

	Taxa	Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017
CDBs – BNB (i)	99% CDI	22.541	20.963
CDBs – BIC Banco (ii)	98% CDI	28.339	27.627
CDBs Renda Fixa – BNB (iii)	100% CDI	44.533	43.871
Bradesco (iv)	95% CDI	8.127	8.679
		<u>103.540</u>	<u>101.140</u>

- (i) Refere-se à aplicação financeira em CDBs emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento denominado Alegria I, firmado em 22 de setembro de 2009.
- (ii) Refere-se à aplicação financeira em garantia ao Contrato de Prestação de Fiança firmados pelo próprio BIC Banco para o empreendimento Alegria I.
- (iii) Refere-se à aplicação financeira em CDBs emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento denominado Alegria II, firmado em 22 de dezembro de 2010.
- (iv) Refere-se se à aplicação financeira em garantia ao Contrato de Prestação de Fiança firmados pelo próprio Bradesco para o empreendimento Alegria II.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento da Companhia consistem em terrenos, no município de Sapeçu/BA e Cabo de Santo Agostinho/PE, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi e em Santa Rita/PB onde seria instalada a Termelétrica Termopower VI, investidas cujas outorgas foram revogadas.

Inicialmente, estas propriedades foram registradas ao método de custo, que representa o custo histórico de aquisição.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Terrenos	4.328	4.328	4.328	4.328
Total	4.328	4.328	4.328	4.328

Anualmente, a Companhia avalia o valor justo com base em preços de mercado atualizados, determinados anualmente por avaliadores externos independentes, com licença reconhecida e pertinente. Os avaliadores utilizam preços observáveis no mercado, ajustados, se necessário, à natureza, localização e condições destes terrenos.

Os laudos de avaliação foram emitidos por empresa especializada e o método para mensuração do valor justo utilizado para esta avaliação foi o Método Comparativo Direto de Mercado, o qual analisa e compara elementos semelhantes ou assemelhados ao avaliando, com objetivo de encontrar a tendência de formação de seus preços.

Por fim, concluiu-se, com base nos laudos emitidos, que o valor justo (valor de mercado) total destes ativos é de R\$ 7.096 (valor justo líquido do custo de negociação). A Diretoria da Companhia está avaliando a melhor utilização para os referidos terrenos.

13. Intangível

O intangível é composto pelo ativo intangível identificado após a aquisição de controle da investida NEO, relacionado aos contratos de longo prazo de comercialização de energia, e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Power Purchase Agreement ("PPA") (i)	-	-	125.156	127.610
Software	6	6	1.224	1.230
Outros	-	-	34	34
Total	6	6	126.414	128.874

- (i) Referente a intangível relacionado aos contratos de longo prazo de comercialização de energia da controlada NEO a serem amortizados até 2031, período do PPA.

A movimentação pode ser assim apresentada:

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		
	Projeto Iraí	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	253	6	259
Movimentação	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	253	6	259
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	6	6
Movimentação	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2018	-	6	6

	Consolidado					Total
	Projeto Iraí	Software	PPA	Ágio investimento	Outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	253	8	-	15.503	34	15.798
Baixas	-	-	-	-	(1)	(1)
Saldo em 31 de março de 2017	253	8	-	15.503	33	15.797
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	1.230	127.610	-	34	128.874
Adições	-	2	-	-	-	2
Amortização	-	(8)	(2.454)	-	-	(2.462)
Saldo em 31 de março de 2018	-	1.224	125.156	-	34	126.414

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimento e Provisão para perda de investimentos

a) Controladora - Provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de investimento é composta pelo valor patrimonial líquido negativo das investidas na data de encerramento do período, conforme apresentado abaixo:

Informações sobre a investida em 31/03/2018	2007		CEU	Itapebi	Termelétrica Monte Pascoal	Termelétrica Pernambuco IV	Termelétrica Termopower V	Termelétrica Termopower VI	Total
	Participações S.A (i)	NEO (ii)							
Ativo circulante	210.710	51.490	-	312	13	-	1	-	-
Ativo não circulante	264.478	1.043.542	11.132	21.244	2.811	4	194	98	194
Passivo circulante	(934.407)	(363.467)	(2.320)	(8.364)	(2.287)	(582)	(4)	(3)	(3)
Passivo não circulante	(26.900)	(792.601)	(21.195)	(62.533)	(4.708)	(10.513)	(3.494)	(1.949)	(1.949)
Receita líquida	16.902	39.490	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	(13.556)	6.171	(513)	(901)	(109)	(29)	(73)	(44)	(44)
Patrimônio líquido	(486.119)	(61.036)	(12.383)	(49.341)	(4.171)	(11.091)	(3.303)	(1.854)	(1.854)
Percentual de participação	96,04%	80%	71%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Valor contábil do Investimento	(466.869)	(48.830)	(8.792)	(49.341)	(4.171)	(11.091)	(3.303)	(1.854)	(594.251)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2016	(450.734)	(145.270)	(6.713)	(34.488)	(1.217)	(10.142)	(2.804)	(1.568)	(652.936)
Equivalência patrimonial	(13.788)	(7.412)	(479)	(1.237)	(182)	(1.219)	(91)	(75)	(24.483)
Provisão para perda de investimentos em 31/03/2017	(464.522)	(152.682)	(7.192)	(35.725)	(1.399)	(11.361)	(2.895)	(1.643)	(677.419)
Provisão para perda de investimentos em 31/12/2017	(453.850)	(53.767)	(8.428)	(48.440)	(4.062)	(11.062)	(3.230)	(1.810)	(584.649)
Equivalência patrimonial	(13.019)	4.937	(364)	(901)	(109)	(29)	(73)	(44)	(9.602)
Provisão para perda de investimentos em 31/03/2018	(466.869)	(48.830)	(8.792)	(49.341)	(4.171)	(11.091)	(3.303)	(1.854)	(594.251)

(i) Informações consolidadas, que incluem a posição financeira da RAESA.

(ii) Saldos indicados na NEO consideram o valor justo identificado na aquisição de controle pela Companhia.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado - Provisão para perda de investimento

Em 31 de março de 2018, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU no montante de R\$ 8.792. Esta entidade não é consolidada pela Companhia em função de não haver controle sobre a mesma, conforme descrito na nota explicativa nº 3.

c) Controladora - ativo

	<u>Ágio</u>	<u>Total</u>
Investimento em 31/12/2016	15.503	15.503
Equivalência patrimonial	-	-
Investimento em 31/03/2017	15.503	15.868

Comprometimento de capital

As eventuais garantias necessárias para que a investida NEO execute seu objeto social serão fornecidas, unicamente, pela Multiner mediante garantia da outra acionista da investida, Eólica Administração e Participação Ltda., proporcionalmente à sua participação no capital social da NEO. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica Administração e Participação Ltda., quando for necessário realizar aumento de capital social da investida NEO, para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Companhia tem compromisso firmado através de acordo de acionistas de aportar o total de R\$8.094 na CEU, dos quais R\$7.026 já foram aportados até o momento (classificado como Partes relacionadas).

15. Imobilizado

a) Composição do saldo

Itens	Taxa de depreciação (%)	Controladora			
		Custo	31/03/2018 Depreciação acumulada	Saldo líquido	31/12/2017 Saldo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	526	(526)	-	-
Máquinas e equipamentos	10% e 6,25%	591	(284)	307	304
Móveis e utensílios	6,25%	129	(90)	39	40
Instalações	20%	28	(28)	-	2
Total		1.274	(928)	346	346

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado						
					31/12/2018	31/12/2017
Itens	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Ajuste valor recuperável	Saldo líquido	Saldo líquido
Benfeitorias em imóveis	20%	2.148	(91)	-	2.057	2.076
Terrenos	-	1.293	-	(11)	1.282	1.282
Instalações	20%	28	(28)	-	-	2
Edificações	20%	161	-	(161)	-	-
Máquinas e equipamentos	10,0% e 6,25%	1.045.654	(263.816)	(69.426)	712.412	722.217
Móveis e utensílios	6,25%	182	(112)	-	70	27
Custo para desmobilização (i)		11.337	(2.721)	-	8.616	9.325
Mais valia (ii)		30.659	(257)	-	30.402	30.659
Total		1.091.462	(267.025)	(69.598)	754.839	765.588

(i) Estimativa dos custos da investida NEO para desmobilização dos ativos em operação, referente a desmontagem e remoção dos itens e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas.

(ii) Refere-se a mais valia dos ativos fixos imobilizados existentes na data da avaliação pela aquisição de controle da investida NEO, a serem depreciados pela vida útil estimada dos ativos (tempo médio de 30 anos) existentes na data da avaliação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou um estudo, de acordo com o CPC 01, para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação, com base no método comparativo direto de mercado. Diante dos estudos realizados, a Companhia identificou necessidade de constituição de provisão de ajuste ao valor recuperável (impairment), referente aos maquinário e terreno da controlada Itapebi (R\$ 2.216) e aos maquinários da controlada Monte Pascoal (R\$ 2.265), que possuem outorgas de funcionamento revogadas. Para os demais ativos imobilizados da Companhia e de suas controladas, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

O custo de um ativo imobilizado compreende:

- Seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos e abatimentos;
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar; e,
- A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante este período.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo de desmobilização

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de desmobilização dos ativos em operação, referente a desmontagem e remoção dos itens e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, devem ser contabilizados como custo do empreendimento. Os custos de desmobilização apresentados pela Companhia estão sendo amortizados ao longo da vida útil remanescente dos ativos.

Abaixo segue a movimentação do custo de desmobilização:

Empreendimento	Consolidado			
	Estimativa total de custo	31/03/2018		31/12/2017
		Ajuste a valor presente	Valor presente	Valor presente
UEE Alegria I	9.657	(6.716)	1.878	2.070
UEE Alegria II	26.510	(18.114)	6.738	7.255
	36.167	(24.830)	8.616	9.325

No exercício findo em 2017, a Companhia contratou consultoria especializada, para realização do processo de unitização contábil dos ativos imobilizado da controlada NEO, tendo como objetivo atender as determinações da resolução ANEEL 674/2015 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), os quais devem ser utilizados pelas companhias do setor de energia elétrica.

O MCPSE define unitização como o processo por meio do qual bens, direitos e instalações arrolados são valorados, constituindo a Unidade de Cadastro (UC) e a Unidade de Adição e Retirada (UAR). O processo de unitização e cadastramento dos bens deverá ser concluído simultaneamente à sua transferência do imobilizado em curso para o imobilizado em serviço.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciações	31/03/2017
Máquinas e equipamentos	78	-	-	(5)	73
Móveis e utensílios	45	-	-	(2)	43
Instalações	5	-	-	-	5
Total	128	-	-	(7)	121

	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciações	31/03/2017
Benfeitorias em imóveis	-	-	-	-	-
Terrenos	14.540	-	-	-	14.540
Instalações	4	-	-	-	4
Máquinas e equipamentos	12.865	-	-	(5)	12.860
Móveis e utensílios	5	-	-	(2)	3
Total	27.414	-	-	(7)	27.407

	Controladora				
	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciações	31/03/2018
Máquinas e equipamentos	304	12	-	(9)	307
Móveis e utensílios	40	-	-	(1)	39
Instalações	2	-	-	(2)	-
Total	346	12	-	(12)	346

	Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciações	31/03/2018
Benfeitorias em imóveis	2.076	-	-	(19)	2.057
Terrenos	1.282	-	-	-	1.282
Instalações	2	-	-	(2)	-
Máquinas e equipamentos	722.217	-	(36)	(9.769)	712.412
Móveis e utensílios	27	45	-	(2)	70
Custo de desmobilização	9.325	-	-	(709)	8.616
Mais valia	30.659	-	-	(257)	30.402
Total	765.588	45	(36)	(10.758)	754.839

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Estoque

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Peças para reposição	17.868	16.680
	17.868	16.680

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção e reposição das usinas em operação.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Petrobrás Distribuidora S.A. (i)	-	-	225.906	220.276
EMPA S.A Serviços de Engenharia	-	-	4.428	4.428
Davis Polk & Wardwel	459	457	459	457
Roberto Aguiar de Guimarães	-	168	-	168
Dell Computadores do Brasil Ltda.	-	149	-	167
Telefônica Brasil S.A.	149	-	149	-
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	100	-	100	-
São Paulo Transportes S.A.	578	-	578	-
Outros	575	54	6.963	1.347
Total	1.861	828	238.583	226.843

(i) O montante refere-se ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser liquidado com recursos a serem recebidos da Eletrobrás (via conta CCC), conforme Nota Explicativa nº 6.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
IOF (i)	2.991	1.646	3.265	1.984
IRPJ	-	-	741	1.426
CSLL	-	-	984	531
PIS	102	123	1.096	139
ICMS	-	-	2.947	3.245
IR/CS Diferido (iii)	-	-	51.425	52.347
Outros	49	527	3.828	1.253
	3.142	2.296	64.286	60.925
Parcelamentos:				
PRT (ii)	6.348	7.961	6.348	7.961
ISS	-	-	1.886	1.044
Imposto Territorial Rural	81	53	81	53
Total	6.429	8.014	8.315	9.058
Total	9.571	10.310	72.601	69.983
Circulante	9.526	9.120	20.458	15.569
Não circulante	45	1.190	52.143	54.414

(i) Refere-se a IOF gerado nas operações de mútuo entre partes relacionadas.

(ii) Refere-se ao Programa de Regularização Tributária (PRT) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A adesão ao PRT ocorreu por meio de requerimento em 17 de março de 2017 para a controladora e em 12 de abril de 2017 para as investidas. O parcelamento foi efetuado mediante pagamento em espécie de 24% da dívida consolidada em vinte e quatro prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. Segue para melhor evidência a composição do montante aderido ao parcelamento:

IOF	35.971
IR	8.896
CIDE	185
CSLL	3.188
PIS	876
COFINS	4.036
Total dos impostos	53.152
(-) Quitação com a utilização do saldo de Prejuízo Fiscal	(40.396)
(-) Pagamento em 24 parcelas	(12.756)

(iii) Referente a imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes da diferença existente entre base contábil e base fiscal quando do reconhecimento dos ativos e passivos identificados durante a combinação de negócios sem transferência de contraprestação da investida NEO, no exercício de 2017. O saldo será amortizado no mesmo período de amortização dos ativos e passivos identificados que geraram este valor de imposto.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
31 de março 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) O saldo de Empréstimos, financiamentos e debêntures pode ser assim apresentado:

Modalidade	Consolidado		
	31/03/2018	31/12/2017	
	Empréstimos	Custo de transação	Total Passivo
Debêntures	7.208	-	7.208
CCBs	820.006	(12.247)	807.759
Financiamentos	484.967	(6.351)	478.616
	1.312.181	(18.598)	1.293.583
	Empréstimos	Custo de transação	Total Passivo
	7.052	-	7.052
	808.589	(12.593)	795.996
	493.344	(6.480)	486.864
	1.308.985	(19.073)	1.289.912

Controladora

Credores	Devedor	Modalidade	31/03/2018		31/12/2017	
			Valor da contratação	Saldo devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	7.208	7.052	7.052
			3.000	7.208	7.052	7.052

Consolidado

Financiadores/ Credores	Devedor	Modalidade	Valor da contratação	31/03/2018		31/12/2017	
				Saldo devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante	Saldo devedor não circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	7.208	7.052	7.052	-
Fundos de Pensão (1ª emissão) (i)	RAESA	CCBs	165.050	314.969	314.969	307.254	-
Fundos de Pensão (2ª emissão) (i)	RAESA	CCBs	69.090	277.710	277.710	270.141	-
Fundos de Pensão	NEO	CCBs	177.200	215.080	20.055	195.025	198.217
Banco do Nordeste do Brasil (ii)	NEO	Financiamentos	648.749	478.616	34.656	443.960	452.126
Total			1.063.089	1.293.583	654.598	638.985	650.343

(i) Negociação para Repactuação: A Companhia está em tratativas com os detentores das CCBs para repactuação das dívidas.

(ii) Refere-se ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), firmado para financiar os empreendimentos Alegria I e Alegria II.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
31 de março 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Principais características dos Empréstimos, financiamentos e debêntures:

Controladora						
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Término
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	31/12/18

Consolidado							
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	31/10/10	31/12/18
Fundos de Pensão (1º emissão)	RAESA	Térmica	CCBs	8,42% a.a. + IGPM	17/02/06	17/02/06	15/10/26
Fundos de Pensão (2º emissão)	RAESA	Térmica	CCBs	9,22% a.a. + IGPM	20/04/06	15/06/07	15/10/26
Fundos de Pensão	NEO	Eólica	CCBs	9,21% a.a. + IGPM	22/09/09	22/10/11	22/09/29
BNB	NEO	Eólica	Financiamento	7,5% a.a.	22/09/09	23/01/13	23/12/30

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Covenants

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias deram seguimento a reestruturação financeira iniciada em 2012, que determinou que parte das dívidas individuais e consolidadas ainda remanescentes sejam convertidas em capital ou alongadas. As CCBs da controlada indireta RAESA possuem determinadas cláusulas restritivas (*Covenants*) que, com esta reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento dos *Covenants* contratuais. Nesta mesma data foram liquidadas e convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Em 31 de março de 2017, pelo fato de não ter a devida anuência formalizada pelos seus credores, a Companhia manteve a reclassificação da totalidade da dívida no passivo circulante.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos de Rio Amazonas S.A. ("RAESA"), New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO");
- Alienação fiduciária dos equipamentos de RAESA, NEO e Termelétrica Itapebi S.A. ("Itapebi");
- Fianças bancárias em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em NEO;
- Seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes as Termelétricas Pernambuco IV S.A., Termelétrica Termopower V S.A. e Termelétrica Termopower VI S.A., Termelétrica Monte Pascoal S.A. e Itapebi;
- Aplicações financeiras em NEO;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos de NEO e RAESA;
- Penhor das ações da Sociedade de NEO;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A. e Eólica Participação S.A.; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$630.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme acordo de reorganização financeira da Companhia firmado em março de 2012, no momento do fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, que ocorreu em julho de 2014, as CCBs da investida NEO, com vencimento a partir de fevereiro de 2012, passaram a ter carência de até cinco anos no pagamento dos valores de principal e as CCBs da controlada RAESA tiveram seu vencimento alterado a partir de 31 de janeiro de 2015. Contudo, a Companhia está atualmente renegociando o pagamento das CCBs junto aos seus credores, para que o mesmo fique alinhado com sua capacidade de pagamento.

Em 15 de julho de 2014, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade o seguinte: (i) alterar a data do vencimento e remuneração anual para 1º de julho de 2015; (ii) autorizar o agente fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia;

A Emissora esclareceu que recomprou 149 (cento e quarenta e nove) debêntures pelo preço unitário calculado pela CETIP de titularidade da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), Fundação CELG de Seguros e Previdência (Eletra), FI Renda Fixa Ipiranga, FIM Crédito Privado Salus e Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer), restando 18 (dezoito) Debêntures em circulação.

Em 11 de junho de 2015, através de AGD, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: (i) aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, com garantia flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento para 1º de julho de 2016. Dessa forma não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento; e (ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia. Até 31 de março de 2018 nenhuma parcela deste instrumento fora quitada.

20. Provisão para desmobilização

A controlada NEO possui a obrigação de retirada dos ativos do Complexo Eólico Alegria, composto pelas UEE's Alegria I e Alegria II, decorrentes de exigências contratuais e legais.

A quantia reconhecida como uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação, desta forma, os valores relacionados com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original foram inicialmente mensurados e, posteriormente ajustados a valor presente. Para determinação do valor presente da provisão para desmobilização foi utilizada a taxa de desconto de 11,20% a.a.

A composição do saldo de provisão para desmobilização dos ativos é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Custo desmobilização	53.984	53.608
Ajuste a valor presente do custo de desmobilização	(31.244)	(31.252)
	22.740	22.356

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Outros créditos e Outras obrigações

Outros créditos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Amazonas Energia - ODR	-	-	1.212	1.624
Projetos de P&D	-	-	623	623
Seguros	258	-	1.918	1.128
Outros créditos (i)	3.050	64	4.015	397
Total	3.308	64	7.768	3.772
Circulante	288	61	4.748	3.769
Não circulante	3.020	3	3.020	3

- (i) Do montante apresentado, o valor de R\$3.016 refere-se Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), transações entre partes relacionadas, que possuem como finalidade a manutenção das necessidades de caixa para as entidades não operacionais, cujas outorgas foram revogadas, tais recursos serão capitalizados em até 120 dias após o término do exercício corrente, período estabelecido pela legislação.

Outras obrigações:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Fundiágua (i)	14.067	14.067	14.067	14.067
Postalis (i)	-	-	377.217	377.217
Acordos (ii)	851	851	65.168	68.756
CCEE (iii)	-	-	11.792	12.184
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	-	-	8.246	7.941
Provisão de encargos sistema de transmissão (v)	-	-	4.777	3.506
Outras obrigações	1.867	1.992	4.287	6.061
Total	16.785	16.910	485.554	489.732
Circulante	16.785	16.910	427.220	433.486
Não circulante	-	-	58.334	56.246

- (i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, cláusula objeto do acordo de acionistas, firmado em 2012, através do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão na arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017 (vide nota explicativa 1.1), submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP) conforme regulamento da Companhia em vigor. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos.
- (ii) A Companhia possui em andamento acordos, cuja posição em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 pode ser apresentada conforme segue:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Caterpillar Motoren GMBF & CO (a)	38.934	39.605
Wartsila (b)	23.244	23.500
Outros	2.990	5.651
Total	65.168	68.756

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Tais valores referem-se a maquinários do investimento da Companhia na Itapebi, cuja outorga foi revogada, a dívida será paga em prestações mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a correção monetária do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em novembro de 2027.
- (b) Tais montantes referem-se a controladora indireta RAESA pelo fornecimento de serviços e manutenção e peças para manutenção de equipamentos utilizado pela UTE Cristiano Rocha. A negociação será paga em parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em maio de 2025.
- (iii) Refere-se as recontabilizações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no Mercado de Curto Prazo (MCP) no âmbito do Sistema Interligado Nacional referente as investidas operacionais.
- (iv) Em 31 de março de 2018, o saldo de R\$ 8,246 (R\$7.941 em 31 de dezembro de 2017) refere-se provisão para investimentos a serem realizados em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos termos da Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. A provisão de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida, que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema.
- (v) Trata-se do direito de reembolso, da controlada indireta RAESA, dos encargos de uso do sistema de transmissão que a Companhia possui a receber da Amazonas Distribuidora Energia S.A. Esse encargo é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema (ONS) e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UTE Cristiano Rocha de 85,38 MW e será pago ao ONS no próximo exercício de 2018.

22. Patrimônio líquido

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

a) Capital social subscrito e integralizado

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$855.828, dividido em 14.721.297 ações. Segue abaixo a composição das ações:

Acionistas	Quantidade total	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	Ações preferencias Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.536	2.708.534	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	1.380.846	-	-	-	-
FIP Multiner	10.631.915	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
	14.721.297	7.877.740	1	1	6.532.211	311.344

b) Evolução do patrimônio líquido

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi Energia S.A. comprou as ações dos antigos acionistas JABR Participações S.A, Cia. 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, através do contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas.

Nos termos desse contrato, a operação teve como objetivo:

- Refinanciamento das dívidas da Companhia e de suas subsidiárias;
- Capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas; e
- Transferência das ações da Companhia para o Grupo Bolognesi Energia S.A.

Naquela mesma data, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia que, na época, eram mantidas em tesouraria;
- Aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1, considerando:
 - (a) Total integralização do atual capital social da Companhia; e
 - (b) Necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social e aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: Valor do aumento de capital no montante de R\$391.636, sendo R\$99.999 através de integralização imediata, e o saldo restante equivalente a R\$291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que forem realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas a prévias autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme "Termo de Fechamento", as ações dos antigos acionistas, Cia. 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia. de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Energia S.A.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 18 de julho de 2013, os detentores de debêntures de 2ª emissão aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Em 27 de dezembro de 2013, foi aportado na Companhia o valor de R\$105.425 para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B. Essa emissão de ações classe A e classe B teve como objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METRUS), os quais integralizaram novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia. Desta forma, o FIP Multiner passou a ser titular de tais créditos.

Em 14 de julho de 2014, foi assinado o "Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de financiamento da Multiner S.A., alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam:

- Aumento de capital da Companhia no valor de R\$208.497, sendo:
 - (a) R\$152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações;
 - (b) R\$55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Energia S.A.
- Alteração das características de ações preferenciais;
- Emissão de três lotes de bônus de subscrição; e
- Outros créditos no valor de R\$236.663, que deverão ser capitalizados pela conversão de dívidas da Postalís e Fundiágua assim que seja concluída a Listagem da Multiner no Bovespa Mais.
- Estabelece a obrigação de aporte adicional de ativos pela Bolognesi Energia S.A. na Multiner ou na Mesa Participações S.A. no montante de R\$225.921.

Em 22 de maio de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 216.780 Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações preferenciais da Classe B;
- Aumento de capital no valor de R\$11.171,90, com emissão de 1.117.190 ações ordinárias, pelo preço de R\$0,01 por ação, em virtude do exercício do bônus de subscrição pelos Acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.;
- Alteração do Estatuto Social, em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A e Brasilterm Energia S.A.;
- O acionista Bolognesi Energia S.A realizará um aumento de capital (podendo ser em ativos ou em moeda corrente nacional) no montante R\$100.000 (corrigido pelo IPCA a partir de 28 de março de 2012) até 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente, o acionista Bolognesi Energia

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

S.A está obrigado a realizar outro aporte de capital de R\$ 125.921 (também corrigido pelo IPCA, a partir de 28 de março de 2016) até 31 de dezembro de 2020.

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 3 de junho de 2015, ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovação das modificações dos artigos 1, 5, 12, 13, 16, 26 e 27 do Estatuto Social e inclusão dos artigos 33 a 39, com a finalidade de adequar o Estatuto Social da Companhia às novas regras do Regulamento de Listagem Bovespa Mais - Nível 2, bem como seu pedido de registro na BM&FBOVESPA;
- Conversão de registro para categoria A na Comissão de Valores Mobiliários;
- Ampla revisão e consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando o acima.

A Companhia está em tratativas com seus credores e acionistas sobre o prazo e viabilidade para listagem no Bovespa Mais.

Em 8 de setembro de 2015, por Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 122.216 ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 950.000 ações Ordinárias e 1.135.000 ações Preferenciais da Classe B;
- Aumento do capital social da Companhia no montante de R\$5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias e;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.

Em 14 de março de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 311.344 ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 550.000 ações Ordinárias e 4.761.534 ações Preferenciais da Classe B;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. Até 31 de dezembro de 2016 aporte de capital por conta da Bolognesi Energia S.A.;
- A Companhia está estudando a melhor maneira de anular ou retificar os atos realizados na Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 14 de março de 2016, dado que tal alteração gerou desequilíbrio entre ações ordinárias e preferências, gerando assim um desalinhamento na legislação societária vigente.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Ações preferenciais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia aumentou seu capital em R\$149.526, com emissão de ações 316.275 preferenciais resgatáveis. Esse aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$465.801.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis (PNR) eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias. Com a assinatura do Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, tais ações resgatáveis foram convertidas em ações preferenciais.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

d) Reserva de capital para investimento

Referem-se a: (i) ágio no valor de R\$78.115, gerado na Combinação de Negócios, referente a aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009 e, (ii) pela reserva de ágio de subscrição de ações, no montante de R\$465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada em 2008 e 2009.

e) Resultado por ação

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Não existem opções de ações com efeito dilutivo para os períodos apresentados, exceto pelos possíveis efeitos que possam surgir das negociações do Contrato de Reorganização e de Financiamento que está sendo discutido em procedimento arbitral perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, motivo pelo qual não há cálculo para resultado por ação diluído.

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) básico por ação em 31 de março de 2018 e em 31 de março de 2017:

	31/03/2018	31/03/2017
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(11.877)	23.157
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	7.877.740	8.986.334
Média ponderada do número de ações preferenciais – Classes A e B	6.843.555	11.293.745
Número de ações preferenciais – Classe C	1	1
Número de ações preferenciais – Classe D	1	1
Remuneração das ações preferenciais – Classes A e B – 10%	1,10	1,10
Remuneração das ações preferenciais – Classe C – 9,42%	1,09	1,09
Remuneração das ações preferenciais – Classe D – 8,29%	1,08	1,08
Média ponderada do número de ações preferenciais	7.527.913	12.423.122
Denominador ajustado		
Denominador do resultado básico por ação	14.721.297	20.280.081
Denominador do resultado básico por ação ajustado	15.405.653	21.409.456
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação		
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação ordinária	(0,00077)	0,00108
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação preferencial – Classes A e B	(0,00061)	0,00120
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação preferencial – Classe C	(0,00061)	0,00118
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação preferencial – Classe D	(0,00064)	0,00117
Composição do lucro líquido (prejuízo)		
Lucro líquido (prejuízo) alocado às ações ordinárias	(4.985)	9.720
Lucro líquido (prejuízo) alocado às ações preferenciais – Classes A e B	(6.892)	13.437
Lucro líquido (prejuízo) alocado às ações preferenciais – Classe C	-	-
Lucro líquido (prejuízo) alocado às ações preferenciais – Classe D	-	-
Total	(11.877)	23.157

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Provisão para demandas judiciais

a) Causas prováveis

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Demandas judiciais cíveis (i)	-	-	9.440	9.440
Demandas judiciais trabalhistas	16	16	4.566	4.566
Total	16	16	14.006	14.006

- (i) Trata-se de ação de cobrança / contraprestação de serviços da Construtora Jole Ltda., onde o processo encontra-se concluso, pendente de prolação de sentença.

b) Causas possíveis

Em 31 de março de 2018, a Companhia possuía em andamento 25 processos judiciais, cujo montante total aproximado é de R\$ 31.052 na controladora (R\$37.697 em 31 de dezembro de 2017) e R\$413.699 (R\$385.242 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para demandas judiciais.

Polo Ativo	Polo Passivo	Natureza	Controladora		Consolidado	
			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Petrobrás Distribuidora (i)	Raesa	Cobrança	-	-	208.318	208.318
Postalis (ii)	Raesa	Cobrança	-	-	129.000	129.000
Fundiágua (iii)	Multiner	Cobrança	15.108	15.108	15.108	15.108
Tecmon Montagens Ltda. (iv)	TPV e TPVI	Cobrança	-	-	41.000	-
Assessoria Consultores em Energia (v)	Multiner	Cobrança	7.091	7.091	7.091	7.091
Coelba (vi)	Multiner	Cobrança	-	4.500	-	4.500
Diversos trabalhistas (vii)	Multiner	Trabalhista	6.598	6.778	6.639	6.778
Outros	Diversos	Diversos	2.255	4.220	6.543	14.447
Total causas possíveis			31.052	37.697	413.699	385.242

- (i) Trata-se de ação de cobrança, processo nº 0429239-20.2016.8.19.001 (46ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) contra a RAESA, tendo por objeto inadimplemento no que tange ao pagamento da contraprestação pelo fornecimento do óleo combustível utilizado pela UTE Cristiano Rocha, em Manaus-AM. No momento, os Embargos de Declaração da RAESA foram acolhidos para sanar as omissões da decisão saneadora afastando-se as preliminares arguidas. Autos aguardando realização de perícia. Importante esclarecer que os valores em aberto junto à BR Distribuidora, ora perseguidos nessa ação de cobrança, são correlatos ao inadimplemento da Eletrobrás para com a RAESA, no que tange ao ressarcimento da CCC-Isol, fundo setorial destinado a neutralizar os custos adicionais da geração termelétrica, que está sendo debatido nos autos do Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400 (nº original 2009.34.00.029716-4 – em trâmite no TRF da 1ª Região), processo no qual já foram proferidas 6 (seis) decisões judiciais destinadas ao reestabelecimento dos repasses regulares da CCC-Isol à RAESA, mas que ainda não transitou em julgado. Adicionalmente, cabe ressaltar, que a Companhia mantém o passivo reconhecido como fornecedores (vide nota explicativa nº 19).
- (ii) Refere-se ao processo nº 2016.01.1.1013556-3 cuja discussão trata-se de ação de execução movida pela Postalis em face da controlada indireta RAESA. Em primeira instância, o processo foi julgado extinto vez que para o ajuizamento de ação de execução com base em cédula de crédito bancário (CCBs), é necessário apresentar o original assinado pelas partes. Após a prolação da sentença, a Postalis ingressou com Recurso de Apelação e contra todos os entendimentos jurisprudenciais, houve reforma da decisão de 1ª instância em 22.03.2017, tendo sido cassada a sentença. Aguardando julgamento do Agravo em Recurso Especial interposto no STJ, ainda não pautado para julgamento. Com a instauração da arbitragem em dezembro de 2017, a qual discute a obrigação da conversão das CCBs detidas pelo Postalis em capital na Mesa S.A. ou na Multiner, será levado a conhecimento do juízo, quando de sua volta à primeira instância, de forma que a discussão seja suspensa ou deverá ser declarada a incompetência do juízo em virtude de cláusula arbitral. Cabe salientar, que a Companhia mantém o passivo reconhecido como outras obrigações (vide nota explicativa nº 21).
- (iii) Em 09/08/2010, foram adquiridas pela Fundiágua 12 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas pela Multiner. Em 14/07/2014, celebrou-se o primeiro aditivo, definindo-se que as debêntures da Multiner, de titularidade da Fundiágua seriam pagas

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

antecipadamente, mas usadas para fins de capitalização indireta de uma investida da Companhia. A capitalização indireta só seria de obrigação da Fundiágua caso algumas condições fossem cumpridas pela Multiner, o que não ocorreu. Assim sendo, antes do vencimento das debêntures (previsto inicialmente para 01/06/2014), as partes prorrogaram (na data de 27/05/2014), o prazo de seus vencimentos para 15/07/2014, posteriormente para 01/07/2015 e na sequência para 01/07/2016. Como não houve nova prorrogação, as debêntures adquiridas encontram-se vencidas, razão pela qual seu pagamento está sendo pleiteado no processo nº 00173042-92.2017.8.19.0001. Em 24/08/2017, o debenturista enviou a Companhia o mandado de execução no montante atualizado de R\$ 15.108. Em outubro de 2017, foi apresentado exceção de pré-executividade e proferida decisão com declínio de competência para uma das varas cíveis da Comarca do Rio de Janeiro. A Companhia apresentou embargos de declaração para que seja ao menos decidido sobre o efeito suspensivo. Não foram acolhidos os embargos, e seguiu-se para distribuição a uma vara cível. No momento, aguarda-se declínio a uma das varas cíveis do foro da comarca do RJ. Tal discussão é parte do procedimento arbitral instaurado recentemente, portanto deverá ser declarada a incompetência do juízo em virtude de cláusula arbitral. Cabe salientar, que a Companhia mantém o passivo reconhecido como outras obrigações (vide nota explicativa n.º 21).

- (iv) Refere-se ao Procedimento Arbitral n.º 02/2018 em face da Termopower V, Termopower VI., por meio dos quais a empresa Tecmom Montagens Técnicas Industriais Ltda. discute multa da rescisão do contrato. O termo de arbitragem foi assinado em 19 de dezembro de 2016, restando consignado que, preliminarmente, deveriam ser apresentadas manifestações das partes a respeito da legitimidade para figurar no polo passivo do procedimento arbitral. A Companhia apresentou sua manifestação. No entanto, para prosseguimento da Arbitragem, seria necessário o pagamento de quantia por parte das requeridas, o que não ocorreu. Diante do não pagamento pela Companhia, a Tecmon seria obrigada a arcar com os custos da Arbitragem, o que igualmente não foi realizado. Aguardando o recolhimento das custas para verificar se irá ter continuidade ou não a Arbitragem.
- (v) Trata-se de processo em que é exigido suposto crédito de "Taxa de Sucesso" em decorrência de prestação de serviços de prospecção de empresas fornecedoras de óleo combustível, que resultasse na redução de custos na aquisição para as usinas termelétricas Termopower V e Termopower VI. Em nossa tese, entende-se que a empresa não gerou redução de custos, conforme alegado. Autos em fase de perícia, onde nossos assistentes técnicos apresentaram laudo confrontando o laudo do perito do juízo.
- (vi) A COELBA contratou energia elétrica em virtude das usinas que seriam construídas pela Multiner. Considerando que houve revogação das outorgas das usinas TPV e TPVI, as mesmas não foram terminadas. Sem autorização da ANEEL, não se cumpre CCEAR e revogação da outorga acarreta rescisão unilateral pela parte prejudicada. O objeto da demanda é a execução por parte da COELBA de cláusula penal prevista nas CCEARs firmadas com a Multiner, que visava o fornecimento de energia que seria gerada pelas UTEs. A ação teve os embargos declaratórios pela Multiner julgados procedentes, com êxito na defesa apresentada pela Companhia. O processo transitou em julgado com decisão definitiva favorável e sentença mantinha em sede de tribunal e no STJ.
- (vii) A Companhia é demandada por ex-empregadores e ex-prestadores de serviços em 5 (cinco) reclamações trabalhistas (todas propostas em 2017) pelos quais são pleiteados, em suma: nulidade do contrato de prestação de serviços; reconhecimento de vínculo empregatício; horas intervalares; equiparação salarial; horas extras; entre outros.

Ainda no que tange os processos possíveis de perda, a controlada NEO possui em andamento o processo número 60400-77.2012.4.01.3400 de natureza regulatória discutido em esfera judicial, com fito de obter provimento judicial que mantenha a Companhia no PROINFA e que permita o faturamento nos termos do Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) celebrados com a Eletrobrás. Em 19.12.2012, o pedido de tutela antecipada foi indeferido, tendo a NEO apresentado Agravo de Instrumento em face de referida decisão. Com a concessão de efeito suspensivo ao referido Agravo de Instrumento, o pleito liminar da NEO foi deferido determinando-se que a ANEEL mantenha a autora no PROINFA, bem como que a Eletrobrás efetue os pagamentos previstos de acordo com os CCVE, autorizando ainda que a NEO efetue o faturamento nos termos contratualmente pactuados. Atualmente, aguarda-se julgamento definitivo do Agravo de Instrumento mencionado. Em 1ª instância, desde 23/04/2014, os autos aguardam prolação de sentença. Os montantes eventualmente envolvidos não são passíveis de mensuração.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Vendas de energia contratada (i)	75.781	31.594
Receita com operação e manutenção - O&M (ii)	6.746	6.455
Receita no mercado de curto prazo	-	113
Total receita bruta	82.527	38.162
PIS (iii)	(1.362)	(471)
COFINS (iii)	(6.272)	(2.169)
ICMS	(9.474)	(9.512)
Glosa de potência garantida (v)	(1.937)	(1.981)
Pesquisa e desenvolvimento - RAESA	(307)	(256)
Arrendamento mercantil - RAESA (vi)	(6.746)	(6.752)
Total deduções	(26.098)	(21.141)
Receita líquida de vendas	56.429	17.021

- (i) Do montante apresentado, o valor de R\$31.149 refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Distribuidora de Energia S.A., o qual prevê o pagamento pela potência garantida de 65 MW. O saldo remanescente de R\$44.632 refere-se à parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a investida NEO junto à Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás.
- (ii) O valor apresentado como O&M refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Distribuidora, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente.
- (iii) Os impostos apurados a título de PIS e COFINS são calculados às alíquotas de 1,65% de PIS e 7,60% de COFINS sobre as receitas oriundas do faturamento da controlada indireta RAESA e da controlada NEO.
- (iv) O montante refere-se à amortização do arrendamento financeiro da RAESA, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.
- (v) O montante de R\$1.937 refere-se a glosa na receita da controlada indireta RAESA, por indisponibilidade de geração de energia contratada, durante o período.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Custo das vendas e dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Comercialização de energia no mercado de curto prazo	(546)	(66)
Operação e manutenção - Peças e serviços (i)	(9.646)	(5.806)
Óleo lubrificante	(284)	(488)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(702)	(623)
Salários e encargos	(813)	(1.297)
Custo de depreciação e amortização (ii)	(10.500)	-
Custo de arrendamentos (ii)	(1.018)	-
Amortização do ágio - PPA	(2.711)	-
Outros	(2.766)	(464)
Total	(28.986)	(8.744)

- (i) No período de três meses findo em 31 de março de 2018 o saldo de operação e manutenção representa os valores investidos em manutenção periódica dos aerogeradores da controlada NEO e dos motores da controlada indireta RAESA. Inclui-se nesse saldo a aplicação de peças e mão de obra dispendida com essas operações. Para o período comparativo de três meses findo em 31 de março de 2017 o saldo compreende somente os custos da investida RAESA.
- (ii) Custos da controlada NEO referente a depreciação do ativo fixo imobilizado e custos de arrendamentos dos terrenos onde estão instalados parte dos aerogeradores e linha de transmissão dos Parques Alegria I e Alegria II. Contempla também a amortização de intangível e da mais valia de ativo fixo identificados na obtenção de controle da NEO, conforme notas explicativas 13 e 15, respectivamente.

26. Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Impostos e taxas (i)	-	(877)	-	(3.106)
Serviços jurídicos	-	(342)	(1.467)	(518)
Processos judiciais	-	(177)	-	(178)
Serviços de consultoria administrativa	-	(450)	(1.186)	(702)
Pessoal e encargos	(228)	-	(1.500)	-
Aluguel	-	(181)	(246)	(217)
Honorários de administração	(112)	(470)	(498)	(470)
Honorários de conselho	(30)	(177)	(137)	(177)
Despesas com luz, água, telefone	-	-	(250)	(193)
Despesas com viagens	-	-	(211)	(169)
Armazenagem	-	-	(368)	(619)
Outras despesas	241	(30)	(781)	(1.393)
Total das despesas gerais e administrativas	(129)	(2.704)	(6.644)	(7.742)

- (i) Para o período de três meses findos em 31 de março de 2017, o montante de R\$1.435 refere-se a parcelamento de tributo de ISS na controlada indireta RAESA.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Juros ativos sobre mútuo	853	16.007	2.151	16.010
Juros ativos sobre créditos tributários	4	8	273	1.572
Juros sobre arrendamento financeiro	-	-	3.018	3.262
Juros sobre aplicações financeiras	-	-	2.845	52
Outras receitas financeiras	21	51	3.076	615
Total de receitas financeiras	878	16.066	11.363	21.511
Juros sobre Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	-	(28.091)	(18.746)
Juros passivos sobre mútuo	(1.301)	(7)	(1.855)	(870)
Juros sobre debêntures	(157)	(407)	(157)	(407)
Despesas bancárias	(5)	(5)	(21)	(7)
Multas contratuais	(1.287)	(18)	(10.964)	(3.961)
Multas passivas sobre débitos tributários	-	(3.669)	(1.287)	(4.770)
Variações cambiais passivas	(22)	(10)	(334)	(559)
Impostos sobre Operação Financeira (IOF)	(231)	(14)	(714)	(344)
Juros contratuais	-	(18)	-	(47)
Outras despesas financeiras	(121)	(5)	(705)	(287)
Total de despesas financeiras	(3.124)	(4.153)	(44.128)	(29.998)
Total do resultado financeiro	(2.246)	11.913	(32.765)	(8.487)

28. Imposto de renda e contribuição social

A partir de 2018 a Companhia passou a ser tributada pelo Regime de Lucro Presumido de forma a reconhecer suas receitas financeiras pelo regime de caixa.

Com a mudança de regime tributário anual, o saldo de prejuízo fiscal acumulado até 31 de dezembro de 2017 ficou registrado no valor de R\$157.579 e só poderá ser utilizado caso a Companhia volte a adotar o regime de Lucro Real nos exercícios futuros.

Em 31 de março de 2018, o Consolidado acumulava prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor de R\$1.188.010.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(11.980)	(15.273)	(12.230)	(15.842)
	34%	34%	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social esperada	4.073	5.193	4.158	5.386
Ajustes da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	(3.300)	(8.513)	(124)	(2.727)
Despesas indedutíveis e permanentes	-	(8)	(12)	(13)
Provisão sem constituição de impostos diferidos	-	234	(512)	(202)
Imposto diferido ativo não constituído sobre prejuízo fiscal	-	-	(5.003)	(5.835)
Lucro da Exploração (SUDENE) (i)	-	-	2.223	-
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	(773)	-	(773)	-
Prejuízo fiscal sem constituição do diferido	-	872	955	872
Prejuízo fiscal compensado no PRT (Vide nota nº 17)	-	40.396	-	40.396
Outros	-	256	138	553
Crédito de imposto de renda e contribuição efetiva	-	38.430	1.050	38.430
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>				
Corrente	-	(1.966)	(2.095)	(1.966)
Diferido	-	40.396	922	40.396
Incentivos fiscais – SUDENE (i)	-	-	2.223	-
	-	38.430	1.050	38.430
Alíquota efetiva	-	-252%	-8%	-243%

- (i) Refere-se a benefício de 75% de redução de imposto de renda concedido a investida NEO. Este incentivo é concedido a empreendimentos pertencentes aos setores da economia considerados como prioritários para o desenvolvimento regional. A Companhia possui o direito de utilização deste benefício até o ano de 2020, podendo este ser renovado mediante novo pedido.

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Diretoria da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Diretoria da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março de 2018, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora			
		31/03/2018		31/12/2017	
Mensuração		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Empréstimos e recebíveis	-	-	1	1
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9.b)	Empréstimos e recebíveis	669.636	661.680	661.680	661.680
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (Nota 17)	Empréstimos e recebíveis	1.861	1.861	828	828
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 9.b)	Empréstimos e recebíveis	50.229	50.229	36.566	36.566
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	Custo amortizado	7.208	7.208	7.052	7.052
		Consolidado			
		31/03/2018		31/12/2017	
Mensuração		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Empréstimos e recebíveis	33.029	33.029	16.519	16.519
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9.b)	Empréstimos e recebíveis	530.925	530.925	528.630	528.630
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (Nota 17)	Empréstimos e recebíveis	238.583	238.583	226.843	226.843
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 19)	Custo amortizado	1.293.583	1.293.583	1.289.912	1.289.912

Para todas as operações apresentadas na tabela acima, exceto financiamentos e debêntures, a Diretoria da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

		Controladora			
		31/03/2018		31/12/2017	
Nível		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Nível 1	-	-	1	1
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9.b)	Nível 2	669.636	669.636	661.680	661.680
		Consolidado			
		31/03/2018		31/12/2017	
Nível		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Nível 1	33.029	33.029	16.519	16.519
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9.b)	Nível 2	530.925	530.925	528.630	528.630

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

- Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação.
- Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Administração financeira de risco

A Diretoria da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Riscos de mercado.

a) *Risco de liquidez*

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as informações contábeis intermediárias, e os juros a vencer até o final do contrato.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora							
31 de março de 2018	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses				
Fornecedores (Nota 17)	1.861	1.861	1.861				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	7.208	7.208	7.208				
Consolidado							
31 de março de 2018	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (Nota 17)	238.583	238.583	238.583	-	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	1.293.583	1.293.583	654.598	109.424	164.136	218.846	146.579

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Diretoria.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	-	1	33.029	16.519
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 9.b)	669.636	661.680	530.925	528.630

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	-	1	33.029	16.519
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 9.b)	669.636	661.680	530.925	528.630
Passivos				
Fornecedores (Nota 17)	1.861	828	238.583	226.843
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 9.b)	50.229	36.566	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	7.208	7.052	1.293.583	1.289.912

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de março de 2018

A Diretoria considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um "cenário provável" se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 31 de março de 2018. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Nos termos do item 14 do CPC 012 dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os empréstimos e financiamentos, dada ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos como taxa de desconto a taxa livre de risco (SELIC) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo.

		Controladora				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
31/03/2018						
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>						
Variação SELIC		4,47%	6,70%	8,93%	11,16%	13,40%
Debêntures (Nota 19)	7.208					
Exposição		322	483	644	805	966
		Controladora				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
31/12/2017						
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>						
Variação SELIC		3,60%	5,40%	7,20%	8,99%	10,79%
Debêntures (Nota 19)	7.052					
Exposição		254	381	507	634	761
		Consolidado				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
31/03/2018						
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>						
Variação SELIC		4,47%	6,70%	8,93%	11,16%	13,40%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	1.293.583					
Exposição		57.823	86.670	115.517	144.364	173.340
		Consolidado				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
31/12/2017						
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>						
Variação SELIC		3,60%	5,40%	7,20%	8,99%	10,79%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	1.289.912					
Exposição		46.437	69.655	92.874	115.963	139.182

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Diretoria entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Clientes;
- Empréstimos e financiamentos;
- Debêntures; e
- Fornecedores.

30. Seguros

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela Diretoria como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil e de administração inerente a suas atividades. Os valores segurados são contratados visando a proteção relacionadas a possíveis perdas e danos a terceiros e ao patrimônio e referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro.

Em 31 de março de 2018, o montante global segurado, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade está assim distribuído:

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cobertura	Vigência:	Controladora	
		Importância Segurada:	Prêmio equivalente:
Responsabilidade Civil	28/01/2018 a 28/01/2019	50	427
Responsabilidade Administração	12/05/2017 a 24/05/2018	6.548	11
Outros	07/06/2017 a 07/06/2018	557	30
		7.155	468

Cobertura	Vigência:	Consolidado	
		Importância Segurada:	Prêmio equivalente:
Responsabilidade Civil	28/01/2018 a 28/01/2019	87.000	555
Responsabilidade Administração	12/05/2017 a 24/05/2018	26.548	20
Outros	06/06/2017 a 07/06/2018	775.412	4.044
		888.960	4.619

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros ao qual foi determinado pela Companhia, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

31. Mudanças nos passivos de atividades e financiamento

Os passivos decorrentes das atividades de financiamentos são passivos para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A seguir apresentamos as movimentações de passivos decorrente de atividade de financiamento:

	Controladora			Consolidado			Partes relacionadas		
	Partes relacionadas			Empréstimos e financiamentos			Partes relacionadas		
	Ativo não Circulante	Passivo não circulante	Efeito líquido	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Ativo circulante	Passivo não circulante	Efeito líquido
Em 31 de dezembro de 2017	661.680	(36.566)	625.114	(632.517)	(650.343)	(1.282.860)	528.630	-	528.630
Pagamento de principal	-	-	-	-	(17.422)	(17.422)	-	-	-
Pagamento de juros	-	-	-	-	-	-	(15.422)	-	(15.422)
Empréstimos concedidos	4.975	-	4.975	-	-	-	-	-	-
Pagamentos de empréstimos partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo captados com partes relacionadas	-	(12.154)	(12.154)	-	-	-	2.163	-	2.163
Recebimentos partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos sobre operações de mútuo	2.128	-	2.128	-	-	-	(2.512)	-	(2.512)
Juros passivos sobre operações de mútuo	-	(1.301)	(1.301)	-	2.678	2.678	-	-	-
Juros ativos sobre operações de mútuo	853	-	853	-	(2.795)	(2.795)	-	-	-
Perdas de créditos financeiros	-	(208)	(208)	-	-	-	207	-	207
Juros s/ empréstimos	-	-	-	-	-	-	22.832	-	22.832
Recebimento de empréstimos concedidos partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	1.464	-	1.464
Multas de empréstimos	-	-	-	-	(10.929)	(10.929)	-	-	-
Variação monetária	-	-	-	-	-	-	(1.377)	-	(1.377)
Outros	-	-	-	(14.873)	43.326	28.453	(5.060)	-	(5.060)
Em 31 de março de 2018	669.636	(50.229)	619.407	(647.390)	(635.485)	(1.282.875)	530.925	-	530.925

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Eventos subsequentes

Suspensão de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

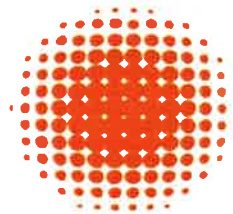
Em 29 de maio de 2018, a Companhia, foi notificada pela CVM, através do Ofício CVM nº 300/2018/CVM/SEP ("Ofício"), acerca da suspensão de seu registro de companhia aberta e consequente vedação à negociação de valores mobiliários de sua emissão, em razão do descumprimento de obrigação consistente em atraso superior a 12 (doze) meses para o envio de informações periódicas à CVM. Referida suspensão veda a Companhia de negociar valores mobiliários de sua emissão em mercados regulados. Neste sentido, a Companhia vem trabalhando para finalizar os trabalhos e regularizar todas as informações em atraso.

Adicionalmente, os Administradores da Companhia também foram notificados pela CVM para prestar esclarecimentos sobre respectivos atrasos. Neste sentido, os Administradores, em conjunto, e a Companhia já prepararam, com suporte de seus assessores jurídicos, e apresentaram à CVM, documento detalhado justificando os atrasos na entrega das informações tempestivamente.

Auditoria independente de Usos e Fontes

Os trabalhos de auditoria independente de usos e fontes, contratados pela Companhia e cujos escopos estão descritos na nota explicativa 1.3, foram concluídos e seu relatório emitido em julho de 2018, sem novos assuntos relevantes que já não haviam sido anteriormente identificados nas Demonstrações Financeiras.

O relatório final da auditoria de usos e fontes foi apresentado, em 31 de julho de 2018 ao Ministério Público Federal e ao juiz federal nos autos que tramitam na 10ª Vara Criminal da Subseção Judiciária do Distrito Federal.



multiner

RESULTADOS DO 1º TRIMESTRE DE 2018



MULTINER S.A.

São Paulo, 31 de março de 2018 – Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) anuncia os resultados referentes ao primeiro trimestre de 2018. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em bases consolidadas, e em milhares de Reais (R\$), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e incluem as subsidiárias diretas da Companhia e suas respectivas filiais.

Aos Acionistas,

A Administração da Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”), submete à apreciação do desempenho do primeiro trimestre de 2018 acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) permitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

DESTAQUES DO 1T18

- No primeiro trimestre de 2018 a usina Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA), gerou 57,4 MW médios, e o complexo eólicos da New Energy Options Energia S.A. (NEO) gerou 29,2 MW médios.
- A receita operacional líquida consolidada da Companhia fechou o primeiro trimestre de 2018 em R\$ 56.429.
- O EBITDA fechou em R\$ 38.145, com margem EBITDA de 71%.



multiner



GOVERNANÇA CORPORATIVA

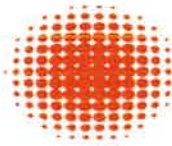
Para assegurar a transparência e o equilíbrio nos negócios, as práticas de Governança Corporativa adotadas pela Multiner S.A. seguem as diretrizes que o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG) recomenda. A Companhia conta com os seguintes órgãos: Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria.

O Conselho de Administração tem previsão de ser composto por 5 membros e respectivos suplentes, com mandato de 1 ano, sendo permitida a reeleição. As indicações para Conselho de Administração da Companhia são efetuadas da seguinte forma: 3 (três) membros são indicados pelo Grupo Controlador, e 2 (dois) membros são indicados pelo acionista minoritário Multiner Fundo de Investimentos em Participações (FIP Multiner).

Já o Conselho Fiscal tem funcionamento permanente e tem previsão de ser composto por 5 membros e respectivos suplentes, tendo o Grupo Controlador o direito de indicar 2 (dois) membros e seus suplentes e o FIP Multiner o direito a indicação de 3 (três) membros e seus suplentes.

A Diretoria da Companhia é responsável pela gestão dos negócios, podendo ser composta por até cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de 2 anos, passíveis de renovação.

Com o intuito de disponibilizar informações aos acionistas, instituições financeiras, instituições reguladoras, agências de rating e ao mercado, com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, a Multiner disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, pelo e-mail (ri@multiner.com.br), no site corporativo (www.multiner.com.br) e por relatórios trimestrais e anuais enviados para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



multiner



MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO 1T18

Observando de forma macro, o consumo de energia elétrica do primeiro trimestre de 2018 foi levemente maior comparado com o mesmo período do ano anterior, sendo o consumo total de energia elétrica no país positivo em 0,4%. Segundo relatório da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), o desempenho no acumulado dos três primeiros meses de 2018, a região Sudeste foi positiva em 0,3%, enquanto que as regiões Nordeste foi menor em -0,2% e Sul -0,3%. Os maiores crescimentos de consumo de energia elétrica no país foram nas regiões Norte (+3%) e Centro-Oeste (+2%).

Os meses de janeiro e fevereiro de 2018, foram os meses que mais contribuíram positivamente para o consumo de energia elétrica no trimestre findo em 31 de março de 2018, onde no mês de janeiro o consumo alcançou 39.501 GWh, ficando maior em 0,7% ao registrado no mesmo mês do ano anterior.

Em janeiro de 2018, com exceção da região Centro-Oeste que reduziu o consumo (-0,1%) comparado com o mesmo período de 2017, as demais regiões do país melhoraram o desempenho, sendo a região Sul positiva em +1,9%, acompanhada da região Norte (+1,6%), Nordeste (+1,2%) e a região Sudeste manteve o consumo registrado em janeiro de 2017.

Em fevereiro de 2018, foi maior que o mesmo mês de 2017, sendo maior em 1,7%, totalizando 39.228 GWh de consumo de energia elétrica. Observando o crescimento do consumo de energia elétrica do país, nota-se que há uma boa expectativa de retomada da economia nacional, pois no acumulado até fevereiro atingiu crescimento de 1,2%, e em relação ao período acumulado de 12 meses, a variação foi positiva em 0,8%.

Sobre o mês de março, o consumo de energia elétrica na rede totalizou 39.968 GWh, recuo de 1,1% frente ao consumido no mesmo período do ano anterior. Entre as regiões, podemos verificar que houve aumento do consumo apenas nas regiões Norte (3,1%) e Centro-Oeste (1,9%). A região Sul ficou menor em -3,4% e na região Sudeste menor em -0,8%, as principais classes de consumo que tiveram maior queda, foram as classes residencial e comercial.

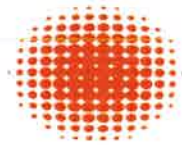
Conforme mencionado anteriormente a classe residencial ficou menor em -2,6%, já a classe comercial ficou menor em -2,0%. Porém o mês de março de 2018, apresentou crescimento no consumo de energia elétrica na classe industrial (+0,8%). Conforme divulgado no relatório da EPE, dos 10 setores da indústria que mais demandam energia elétrica, 6 deles apresentaram desempenho positivo em março, sendo eles: automobilístico (+4,4%), borracha e plástico (+4,4%), extração de minerais metálicos (+3,6%), alimentício (+3,5%), metalúrgico (+3,3%) e produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+0,6%). Na visão regional da indústria, o Sudeste (+3,3%) foi o destaque, seguido do Norte (+2,6%) e do Centro-Oeste (+0,8%).



multiner



Como já mencionado, a classe comercial apresentou queda de 2,0%, devido desempenho da região Sul (-4,7%), Centro Oeste (-0,9%) e a região Sudeste (-0,4%), entretanto na região Norte e Nordeste, cresceram, respectivamente 5,4% e 3,0%. E o consumo menor de energia elétrica da classe residencial, deve-se principalmente pelas regiões Sul (-8,1%) e no Sudeste (-3%) do país.

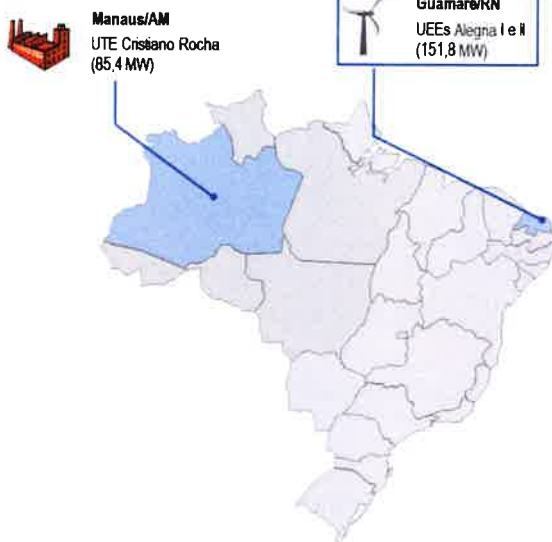


multiner



PORTFÓLIO DE ATIVOS

Localização Geográfica das Usinas



A Multiner possui dois ativos em operação atualmente, com 237,18 MW de capacidade total instalada, distribuídas em geração termelétrica e eólica.

A termelétrica Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA) – UTE Cristiano Rocha, tem capacidade instalada de 85,38 MW e localizada na cidade de Manaus.

A New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO), possui o complexo eólico Alegria, que é composto por dois parques eólicos, Alegria I e Alegria II, com capacidade total de 151,80 MW, que está localizado na cidade de Guararé.

Empreendimentos	Localização	Fonte	Capacidade Instalada (MW)	Início Operação Comercial	Término do Contrato
UTE Cristiano Rocha	Manaus - AM	Óleo Combustível + Gás Natural	85,38	17/11/2006	19/05/2025
Total Fonte Termelétrica	-	-	85,38	-	-
UEE Alegria I	Guamaré - RN	Eólica	51,15	30/12/2010	30/08/2030
UEE Alegria II			100,65	30/12/2011	25/12/2030
Total Fonte Eólica	-	-	151,80	-	-
Total de Fontes	-	-	237,18	-	-



multiner



Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA)

A RAESA é uma empresa estabelecida na cidade de Manaus, com contrato de fornecimento exclusivo de energia para Amazonas Energia S.A., subsidiária da Eletrobrás, com vigência 2025 para o fornecimento de energia elétrica para a cidade de Manaus.

A usina é composta atualmente por cinco conjuntos moto-geradores Wärtsilä 18V46-GD, com capacidade unitária de 17,076 MW, e utiliza gás natural como combustível principal e óleo combustível pesado como secundária. Os principais fatores que levaram a empresa a optar por motores Wärtsilä foram o baixo consumo específico de combustível e os baixos valores de emissões de poluentes para a atmosfera. Desde maio de 2015, a RAESA está interligada ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Do total de energia gerada, aproximadamente 12,7% corresponde a energia proveniente do óleo combustível e o restante 87,3% de gás natural.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO)

O complexo eólico Alegria é um empreendimento de iniciativa da NEO. Os parques estão localizados no município de Guimarães, no estado do Rio Grande do Norte, onde se encontram os melhores regimes de ventos do país, com média anual de ventos que excedem 8,5 m/s.

O complexo eólico Alegria, com capacidade instalada total de 151,80 MW. O parque Alegria I é composto por 31 aerogeradores com potência total de 51,15 MW, enquanto que o parque Alegria II é composto por 61 aerogeradores com potência total de 100,65 MW, logo, são 92 unidades transformadoras WEG 1800 kVA, contendo também 2 unidades transformadoras WEG 80 MVA na subestação de Alegria e 89 km de extensão de linha de transmissão. Os aerogeradores estão instalados em uma torre com 70 metros de altura do hub (altura do solo até o eixo do rotor) e 82 metros de diâmetro do rotor.

Em operação comercial desde dezembro de 2010 (Alegria I) e dezembro de 2011 (Alegria II), o complexo Alegria está inserido no âmbito do PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) e possui contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements* - PPAs) por um período de 20 anos. É previsto que a oferta de energia de Alegria I e Alegria II corresponda ao consumo de aproximadamente 194 mil famílias, evitando a emissão de cerca de 120 mil toneladas de CO₂ à atmosfera.

Em função do número de turbinas nas Centrais Eólicas Alegria I e Alegria II (92), da periodicidade das manutenções preventivas estabelecidas pela Vestas, empresa terceirizada contratada para a prestação de serviços de O&M, e do tempo de parada de cada aerogerador, em cada intervenção, o período dedicado à



multiner

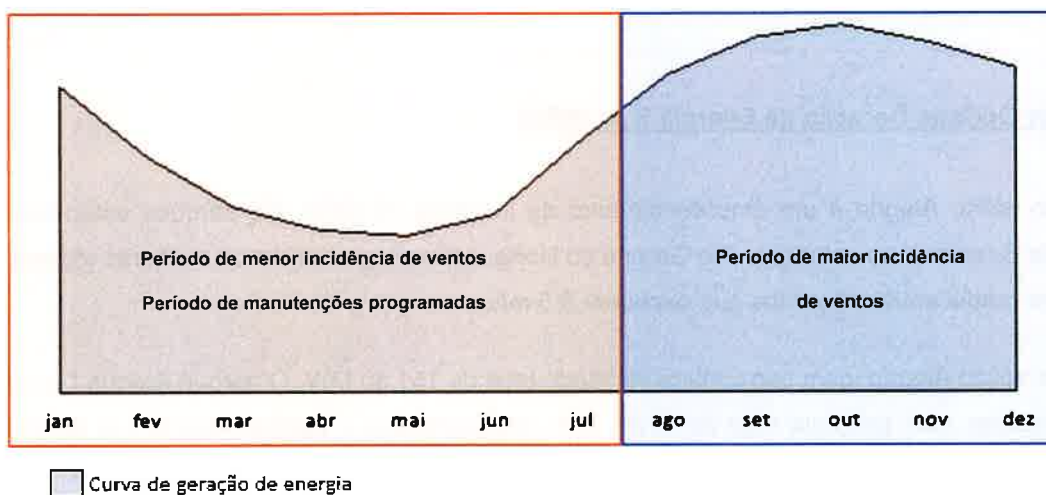


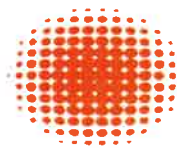
manutenção preventiva se estende de janeiro a agosto de cada ano. Esse período foi escolhido em função do comportamento sazonal do vento ao longo do ano.

Nos meses de janeiro a junho a geração é, historicamente, decrescente em função do período de chuvas e consequentemente redução da velocidade e constância do vento.

Apesar de nos meses de julho e agosto a velocidade média do vento voltar a crescer, esses meses ainda são utilizados para manutenções programadas nos aerogeradores, já que, conforme o fabricante, essa intervenção é necessária a cada 6 meses. As manutenções preventivas são realizadas, portanto, nos meses de menor velocidade do vento e consequentemente menor perda de geração por turbinas paradas.

Perfil de curva de geração: UEE – Complexo Alegria (New Energy)





multiner

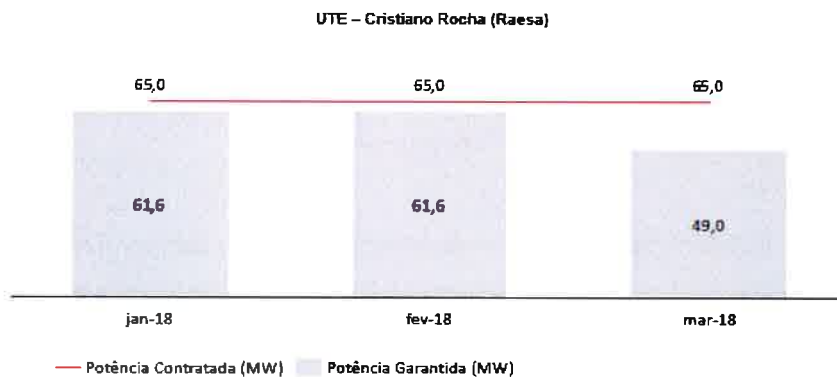


DESEMPENHO OPERACIONAL

Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA)

A RAESA gerou 88,3% da energia contrata para o período entre janeiro a março de 2018, totalizando 57,4 MW médios para o período analisado, frente a uma obrigação contratual de 65,0 MW médios. Quando comparada a geração de energia entre os trimestres encerrados em 31 de março de 2018 e 2017, a geração de energia da RAESA, foi superior em 6,2%. A disponibilidade entre os meses de janeiro até março de 2018 foram respectivamente, 94,7%, 94,8% e 75,3%.

A seguir gráfico ilustrativo apresentando a evolução da potência gerada.



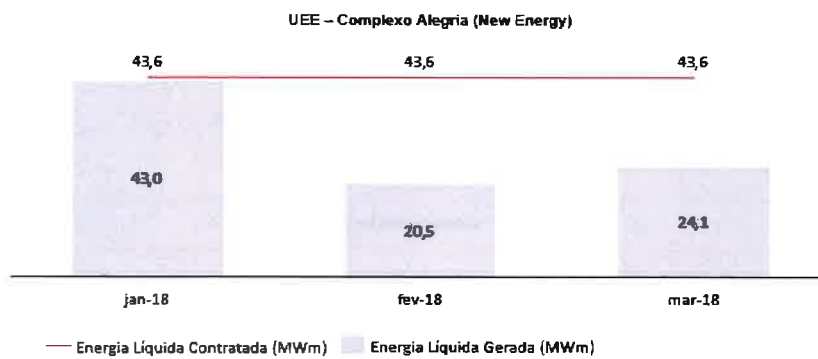
A Usina utiliza óleo diesel esporadicamente, principalmente quando há necessidade de parada prolongada dos motores geradores. Periodicamente os equipamentos que queimam óleo são testados, tais equipamentos como motor *black-start* de emergência e a moto bomba de incêndio. Ressaltando que o óleo Diesel é insumo custeado pela própria empresa e não subsidiada pela conta da CCC (Conta de Consumo de Combustível).

A Usina operou até início do mês de março com quatro motores, quando houve parada não programada do motor 2 devido a ocorrências no eixo virabrequim, desta forma obrigando a permanência do motor parado até o final do trimestre findo em 31 de março de 2018. O motor 1 ficou o primeiro trimestre parado, prejudicando temporariamente a geração de energia no período.

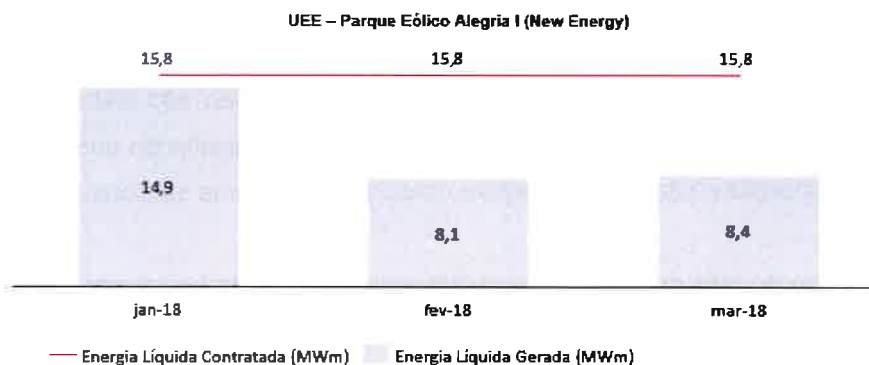


New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO)

A NEO, através do complexo Alegria gerou 29,2 MW médios no período compreendido entre os meses de janeiro a março de 2018, devido a curva de ventos da região, como esperado. Comparado com a obrigação média do ano, que é de 43,6 MW médios, a geração no período findo em 31 de março de 2018, foi menor em 66,9%, entretanto a expectativa do ano é gerar a obrigação contratual média, onde os meses com maiores intensidades de ventos ocorrem no segundo semestre do ano.



O parque Alegria I gerou 10,5 MW médios no primeiro trimestre de 2018, conforme mencionado anteriormente a curva de ventos para o período analisado é o menor vento do ano, por isso já era esperado pela Companhia a geração média auferida.



O efeito climático dos ventos também pode ser observado em Alegria II, onde no primeiro trimestre as precipitações de ventos foram influenciadas negativamente de forma mais intensa, devido ao Efeito do La Niña, o qual acabou provocando aumento das chuvas e conseqüentemente, redução dos ventos na região. A geração média para o trimestre findo em 31 de março de 2018 no parque Alegria II foi de 18,7MW médios.



multiner



UEE – Parque Eólico Alegria II (New Energy)



Entre os meses de janeiro a março de 2018, foram iniciadas as manutenções periódicas já programadas pela equipe técnica da Companhia e em conjunto com a equipe da Vestas. Também foram realizadas manutenções preventivas nas instalações elétricas sobretudo na rede de média tensão no complexo eólico Alegria, mitigando problemas futuros, além disso houve manutenção corretiva no Trafo 2 da Subestação Alegria.



DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas conforme Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, conforme requerido pela Instrução CVM nº 457 de 13 de julho de 2007.

A seguir quadro resumo dos resultados consolidados da Companhia, os quais consideram os resultados das subsidiárias operacionais, não operacionais e da Holding.

DEMONSTRAÇÕES GERENCIAIS DO RESULTADO (Em milhares de R\$)	1T18	1T17	Var. 1T18/1T17
Receita Operacional Líquida	56.429	17.021	232%
Custos Operacionais	(28.986)	(8.744)	231%
Lucro Bruto	27.443	8.277	232%
Despesas Gerais e Administrativas	(6.644)	(7.742)	-14%
Outras Receitas/Despesas	100	1	9900%
Total Despesas Operacionais	(6.544)	(7.741)	-15%
Resultado antes do Resultado Financeiro	20.899	536	3799%
Resultado Financeiro	(32.765)	(8.487)	286%
Equivalência Patrimonial	(364)	(7.891)	-95%
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social	(12.230)	(15.842)	-23%
Imposto de renda e contribuição social corrente/diferido	(1.173)	38.430	-103%
Incentivos fiscais (SUDENE)	2.223	-	n.a.
Lucro/(Prejuízo) do Período	(11.180)	22.588	-149%
Participação dos Não Controladores	697	(569)	-223%
Lucro/(Prejuízo) Atribuído aos Sócios Controladores	(11.877)	23.157	-151%

Receita Operacional Líquida

(Em milhares de Reais)

No período findo em 31 de março de 2018, a receita operacional líquida foi superior em R\$ 39.408 comparada ao mesmo período do ano anterior, alcançando R\$ 56.429, este aumento substancial deve-se principalmente pela consolidação de NEO na Multiner, a qual representou no primeiro trimestre de 2018, 54% da receita operacional líquida total.

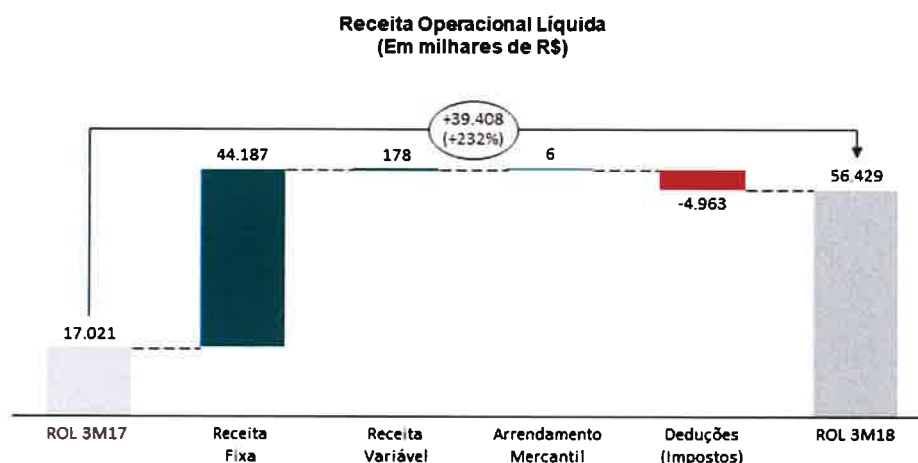
As receitas da NEO são estabelecidas pelo contrato PROINFA, firmado com à Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás). Já as receitas da RAESA são oriundas pelo contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado junto à Amazonas Distribuidora de Energia S.A.. Sobre as receitas brutas incidem os impostos de PIS e COFINS, os quais são calculados às alíquotas de 1,65% e 7,60% , respectivamente.



multiner



A seguir apresentamos a receita operacional líquida detalhadamente de forma gráfica, comparando os primeiros três meses de 2018 e 2017.



Custos Operacionais

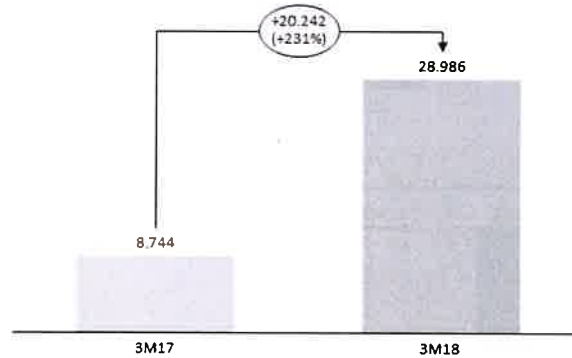
(Em milhares de Reais)

No trimestre findo em 31 de março de 2018 os custos operacionais atingiram R\$ 28.986, sendo superiores em R\$ 20.242, efeito este percebido principalmente pela consolidação da NEO na Multiner, sendo 74% dos custos operacionais oriundos da NEO.

Os principais custos operacionais do primeiro trimestre de 2018 devem-se por conta de depreciação dos parques eólicos da NEO (R\$ 10.500), os quais representam 36% dos custos operacionais totais, sem efeito caixa. Além da depreciação, os custos com os serviços de O&M, representam 33% dos custos totais (R\$ 9.646), devem-se pela prestação de serviços de terceiros, devido as manutenções periódicas dos motores de RAESA e aerogeradores de NEO, outro custo operacional que no ano passado não existia, porém com a consolidação da NEO na Multiner, são os custos com amortização do ágio dos PPA's de NEO (R\$ 2.711).



Custos Operacionais (Em milhares de R\$)

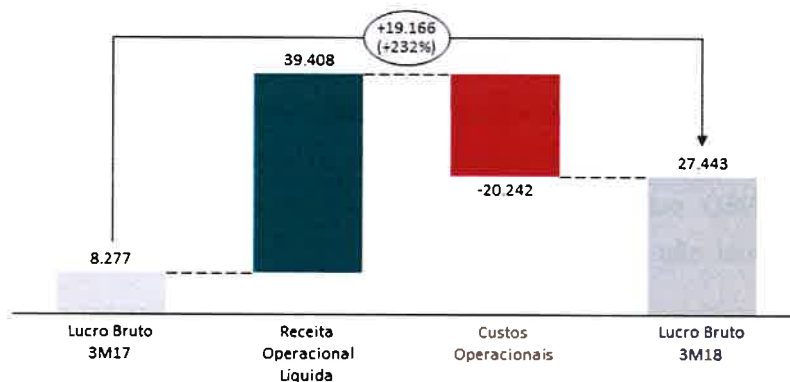


Lucro Bruto

(Em milhares de Reais)

No período findo em 31 de março de 2018, o lucro bruto atingiu o valor de R\$ 27.443, sendo maior em mais de 3 vezes que o mesmo período do ano anterior. Os efeitos percebidos na melhora do lucro bruto devem-se, principalmente, devido a consolidação da NEO na Multiner, já mencionados anteriormente no relatório. Vale mencionar que as receitas da NEO se referem à parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado junto à Eletrobrás e as receitas de RAESA referem-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia firmado com à Amazonas Distribuidora de Energia S.A..

Lucro Bruto (Em milhares de R\$)





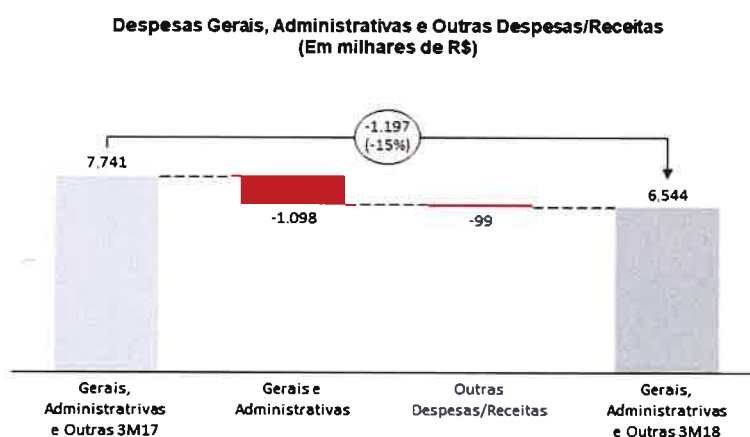
multiner



Despesas Gerais, Administrativas e Outras

(Em milhares de Reais)

No trimestre findo em 31 de março de 2018, o total de despesas gerais, administrativas e outras despesas/receitas auferiram R\$ 6.544, sendo inferior em 15% comparado com mesmo período do ano anterior. A principal variação a menor comparada com o mesmo período do ano anterior deve-se pelas despesas com taxas e impostos (R\$ 3.106), onde no período findo em 31 de março de 2017, houve contabilização referente ao parcelamento de tributos de ISS de RAESA.



EBITDA

(Em milhares de Reais)

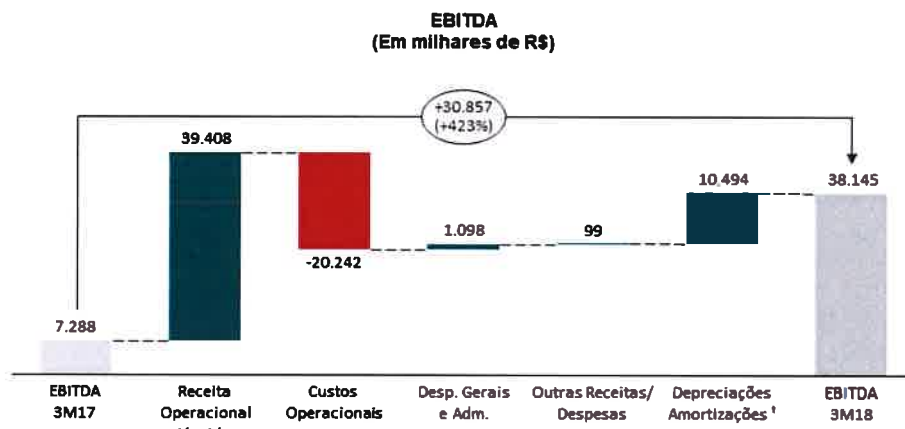
No primeiro trimestre de 2018, o EBITDA da Companhia, foi superior em 4 vezes o valor do EBITDA apresentado no mesmo período do ano anterior, alcançando R\$ 38.145, enquanto que o EBITDA do primeiro trimestre de 2017 foi de R\$ 7.288. Conforme composição do quadro abaixo

COMPOSIÇÃO DO EBITDA (R\$ mil)	1T17	1T18
Receita Operacional Líquida	17.021	56.429
Custos Operacionais	(8.744)	(28.986)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.742)	(6.644)
Outras Receitas/Despesas	1	100
Depreciações/Amortizações	6.752	17.246
EBITDA	7.288	38.145

A margem EBITDA do trimestre findo em 31 de março de 2018 atingiu 71%, sendo 12 p.p. acima da margem alcançada no mesmo período do ano anterior, considerado no cálculo da margem, o EBITDA dividido pela



receita operacional líquida. O gráfico a seguir ilustra as variações do EBITDA entre os trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017.



(1) Considera o Leasing Financeiro da Raesa

Resultado Financeiro

(Em milhares de Reais)

O resultado financeiro no período acumulado findo em 31 de março de 2018, foi negativo em R\$ 32.765, sendo pior em R\$ 24.278 que no mesmo período do ano anterior.

As despesas financeiras aumentaram R\$ 14.130, principalmente pela consolidação da NEO na Multiner, onde 39% das despesas financeiras referem-se a NEO por conta dos juros sobre Cédula de Crédito Bancário (CCB), além deste efeito houve também aumento dos juros sobre os passivos dos mútuos em abertos e impostos sobre operações financeiras (IOF).

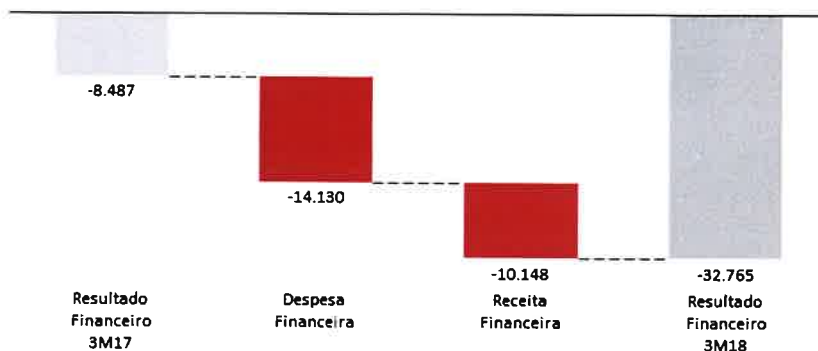
As receitas financeiras reduziram R\$ 10.148, principalmente, pelo não reconhecimento no primeiro trimestre de 2018 das receitas financeiras sobre os mútuos e pela redução da contabilização dos juros sobre créditos tributários.



multiner



Resultado Financeiro (Em milhares de R\$)



Resultado de Equivalência Patrimonial

(Em milhares de Reais)

No período findo em 31 de março de 2018, a equivalência patrimonial da Multiner fechou negativa em R\$ 364, apresentando melhora de R\$ 7.527, principalmente, pela consolidação da NEO na Multiner, enquanto que no mesmo período do ano anterior, a equivalência patrimonial fechou negativa em R\$ 7.891.

Lucro/ (Prejuízo) líquido

(Em milhares de Reais)

No trimestre findo em 31 de março de 2018, o resultado líquido do período fechou negativo em R\$ 11.180, influenciado pelo resultado financeiro já detalhado anteriormente e o resultado de impostos e contribuições, onde no período findo em 31 de março de 2017 foi contabilizado o prejuízo fiscal compensado no PRT/PERT.

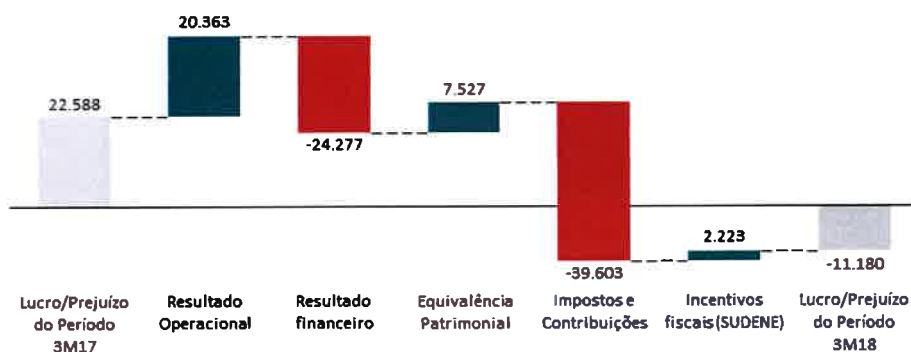
Entretanto, o EBITDA foi melhor em R\$ 30.857, o qual representa o potencial de geração de caixa da atividade fim da Companhia e determina a evolução da produtividade e da eficiência ao longo dos anos, o primeiro trimestre de 2018 foi 5 vezes maior que o EBITDA do mesmo trimestre do ano anterior, ou seja, a Companhia está melhorando sua eficiência ano a ano.



multiner



**Lucro/Prejuízo do Período
(Em milhares de R\$)**

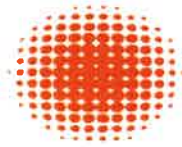


Endividamento

(Em milhares de Reais)

Atualmente, a Companhia tem como base em seu endividamento as CCB's, Debêntures e financiamento com o Banco do Nordeste (BNB). Adicionalmente as dívidas mencionadas, a Companhia detém CCB's de Postalis e Debêntures com a Fundiágua, que estão apresentadas em Outras Obrigações nas informações contábeis intermediárias, pois seriam convertidas em Capital nos termos do Contrato de Reorganização e Financiamento da Multiner.

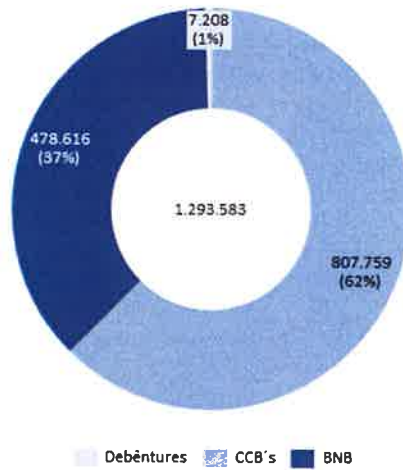
As dívidas, em 31 de março de 2018 da Companhia, totalizam R\$ 1.293.583, sendo 62% de CCB's (R\$ 807.759), 37% de financiamento BNB (R\$ 478.616), vale destacar que o financiamento do BNB se refere exclusivamente para financiar os empreendimentos da NEO (Parque Alegria I e Alegria II) e por fim representando 1% do endividamento, as Debêntures com a Bolognesi (R\$ 7.208). O custo médio ponderado do endividamento da Companhia atualmente está em torno de 8,4% a.a. +IGP-M.



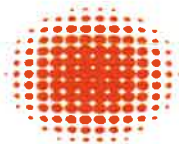
multiner



Saldo da Dívida
(Em milhares de R\$ e %)



O endividamento com características conversíveis (CCB's de Postalis e Debêntures Fundiágua) somam atualmente R\$ 391.284, sendo CCB's de Postalis R\$ 377.217 e Debêntures Fundiágua R\$ 14.067.



multiner



Balancos Patrimoniais

(Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais (Em milhares de R\$)					
ATIVO	31/03/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	264.885	239.327	CIRCULANTE	1.342.428	1.316.457
Caixa e equivalentes de caixa	33.029	16.519	Empréstimos e financiamentos	647.390	632.517
Contas a receber	144.784	149.423	Debêntures	7.208	7.052
Tributos a recuperar	34.510	30.431	Fornecedores	238.583	226.843
Arrendamento mercantil	15.545	15.289	Obrigações sociais e trabalhistas	1.569	990
Estoque	17.868	16.680	Obrigações tributárias	20.458	15.569
Adiantamentos a fornecedores	14.401	7.216	Outras obrigações	427.220	433.486
Outros créditos	4.748	3.769			
NÃO CIRCULANTE	1.842.039	1.863.599	NÃO CIRCULANTE	795.000	805.793
Tributos a recuperar	109.085	103.485	Empréstimos e financiamentos	638.985	650.343
Arrendamento mercantil	159.890	163.864	Obrigações tributárias	52.143	54.414
Contas a receber	46.640	64.298	Provisão para demandas judiciais	14.006	14.006
Depósitos judiciais	499	499	Provisão para desmobilização de ativos	22.740	22.356
Depósitos vinculados	103.540	101.140	Outras obrigações	58.334	56.246
Partes relacionadas	530.925	528.630	Provisão para perda de investimentos	8.792	8.428
Adiantamentos a fornecedores	427	427			
Intangível	126.414	128.874	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	996	12.873
Imobilizado	754.839	765.588	Capital social	855.828	855.828
Bens disponíveis para venda	2.432	2.463	Reserva de capital	543.916	543.916
Propriedades para investimento	4.328	4.328	Prejuízos acumulados	(1.398.748)	(1.386.871)
Outros créditos	3.020	3	Participação dos não controladores	(31.500)	(32.197)
TOTAL DO ATIVO	2.106.924	2.102.926	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (passivo a descoberto)	2.106.924	2.102.926



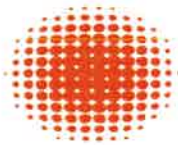
multiner



Demonstração do Resultado do Exercício

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (Em milhares de R\$)	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Receita operacional líquida	56.429	17.021
Custo das vendas e dos serviços prestados	(28.986)	(8.744)
Lucro bruto	27.443	8.277
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(6.644)	(7.742)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	100	1
Resultado de equivalência patrimonial	(364)	(7.891)
Total receitas (despesas) operacionais	(6.908)	(15.632)
Resultado antes do resultado financeiro	20.535	(7.355)
Despesas financeiras	(44.128)	(29.998)
Receitas financeiras	11.363	21.511
Resultado financeiro, líquido	(32.765)	(8.487)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.230)	(15.842)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.095)	(1.966)
Imposto de renda e contribuição social diferido	922	40.396
Lucro de exploração (Sudene)	2.223	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	(11.180)	22.588
Atribuível a:		
Acionistas controladores	(11.877)	23.157
Acionistas não controladores	697	(569)



multiner



AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM 381/03

Com o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/03, a Multiner S.A., informa que a prestadora dos serviços de auditoria externa Ernst & Young, prestou serviços à Companhia no trimestre encerrado em 31 de março de 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, os diretores da Multiner S.A. declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidadas da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2018.

Edésio Nunes
Diretor Presidente

Emiliano Spyer
Diretor de Relações com Investidores

Multiner S.A.
Equipe de Relações com Investidores